**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**A implementação da Lei 11.947/09 da compra
direta da agricultura familiar pelo Programa Nacional
de Alimentação Escolar em municípios do estado de
São Paulo: possíveis fatores relacionados**

Bruna Lourenço Januario

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Nutrição em Saúde Pública
para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Nutrição em Saúde
Pública

Orientadora: Professora Dra. Betzabeth Slater
Villar

**São Paulo
2013**

A implementação da Lei 11.947/09 da compra direta da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de São Paulo: possíveis fatores relacionados

Bruna Lourenço Januario

Dissertação apresentada a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Nutrição em Saúde Pública

Orientadora: Professora Dra. Betzabeth Slater Villar

**São Paulo
2013**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

DEDICATÓRIA

A vocês, que nos deram a vida e nos ensinaram a vivê-la com dignidade, não bastaria um obrigado.

A vocês, que iluminaram os caminhos obscuros com afeto e dedicação para que os trilhássemos sem medo e cheios de esperanças, não bastaria um muito obrigado.

A vocês, que se doaram inteiros e renunciaram aos seus sonhos, para que, muitas vezes, pudéssemos realizar os nossos. Pela longa espera e compreensão durante nossas longas viagens, não bastaria um muitíssimo obrigado.

A vocês, pais por natureza, por opção e amor, não bastaria dizer, que não temos palavras para agradecer tudo isso.

Mas é o que nos acontece agora, quando procuramos arduamente uma forma verbal de exprimir uma emoção ímpar. Uma emoção que jamais seria traduzida por palavras.

Amo vocês, Hernani e Tereza!

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Betzabeth Slater Villar, pela orientação em questões acadêmicas e, por que não, pessoais, sempre levando em consideração minhas limitações e meu potencial. Fico muito agradecida de ter sido sua orientanda e espero ter trazido boas contribuições para a equipe.

Aos Professores Cláudia Maria Bógus, Márcia Thereza Couto Falcão, Gizelton Pereira Alencar e Patrícia Constante Jaime e Neuber Segri, que trouxeram grandes contribuições para o desenvolvimento do projeto e discussões ricas que o transpassaram.

Aos colegas Sofia, Cláudia, Flávia, Jamile, Marcel, Patrícia, Nathália, Gislene, Pâmela, Sâmia, Mariana, Gabriela e demais pesquisadores de campo por caminharem junto comigo nesse processo de aprendizagem, meu muito obrigado.

Aos meus pais, Hernani e Tereza, por investirem em mim sua disposição, amor, paciência e apoio. Agradeço a criação que me foi dada, pois graças a vocês, sigo enfrentando medos e corrigindo falhas e espero ter vocês ao meu lado nesse processo sem fim.

Aos meus irmãos, Henrique e Carolina, por seu apoio e torcida. Não importa onde estivermos daqui pra frente, sempre teremos uns aos outros. Amo vocês.

A minha família, bisavó Josefina, vó Dora, vô Lico, Felipe, Juliana, Mauro, Gisele, Caio, Pedro, Elinéia, Neusa, Tonhão, José Osmar, Maria Rizete, por todo amor que me dão. Sinto-me honrada de fazer parte dessa linda bagunça.

Ao amor da minha vida, Leonardo, por ter acreditado e segurado a minha mão sem pensar duas vezes. Por ter me mostrado o que é um amor para toda a vida. Sem você ao meu lado esse sonho não seria possível. Te amo!

A minha nova velha amiga Michelli: “Cada novo amigo que ganhamos no decorrer da vida aperfeiçoa-nos e enriquece-nos, não tanto pelo que nos dá, mas pelo que nos revela de nós mesmos (Miguel Unamuno)”. Obrigado pelas risadas que aquecem o coração.

Aos (às) amigos (as), Matheus, Roberto Jun, Yuri e Karol, Diego, Keny, Lucas, Fabiana, Ana Paula, Ielita, Carla Yuri, Paolo, Breno, Josh, por terem passado pela minha vida deixando felicidades, ensinamentos e saudades.

Agradeço a Zoraia, que esteve presente nos momentos críticos e decisivos, sempre me ajudando a escolher o melhor caminho e me apoiando.

Ao(s) secretário(s) estadual e municipais e suas equipes por terem autorizado a pesquisa junto à comunidade escolar.

Aos entrevistados pela disposição, paciência e por entenderem a importância do trabalho para a sociedade.

À coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida.

À Deus por dar-me essa oportunidade de estar aqui nesse momento.

MUITO OBRIGADO!

EPÍGRAFE

"Quem já passou por essa vida e não viveu

Pode ser mais, mas sabe menos do que eu

Porque a vida só se dá pra quem se deu

Pra quem amou, pra quem chorou, pra quem sofreu [...]"

“Como dizia o poeta” - Vinícius de Moraes e Toquinho

RESUMO

JANUARIO, B.L. **A implementação da Lei 11.947/09 da compra direta da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de São Paulo: possíveis fatores relacionados.** [Dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2013.

INTRODUÇÃO: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Em 16 de junho de 2009 foi criada a Lei 11.947 que determina a utilização de, no mínimo, 30% desses na compra de produtos da agricultura familiar. A Lei é relativamente recente e, portanto, o processo de operacionalização da compra da agricultura familiar pelo PNAE encontra-se em fase de implementação, sendo que alguns municípios lograram realizar as compras diretamente dos agricultores familiares, enquanto outros ainda não. **OBJETIVO:** Conhecer e descrever o processo de implementação da Lei 11.947/09 e alguns fatores que se relacionaram com a compra direta da agricultura familiar para o PNAE no âmbito escolar e da gestão municipal, em uma amostra probabilística dos municípios do estado de São Paulo. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo que envolveu metodologias quantitativas para a descrição e caracterização dos municípios avaliados. Foram excluídos municípios em que a nutricionista e/ou o funcionário do departamento de compras não aceitaram participar, bem como quando o secretário municipal de educação não autorizou a pesquisa junto às escolas. A amostra final se constituiu por 25 municípios que compraram alimentos dos agricultores familiares em 2012 (Grupo A) e 13 que não o fizeram (Grupo B), totalizando 38. Foram visitadas 162 escolas. Foram entrevistados nutricionista responsável técnica pelo PNAE, funcionário do departamento de compras, autoridade escolar e merendeiras de cada escola sorteada. Para esta pesquisa foram desenvolvidos sete questionários. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Setenta e dois por cento das nutricionistas dos municípios que compraram diretamente dos AF assistiram alguma palestra de divulgação da mesma, sendo que 94,4% os consideraram pertinentes, em contra posição às do Grupo B com 54% e 92,3%, respectivamente. Ainda no âmbito escolar, apenas 6,6% das merendeiras (Grupo A) já haviam ouvido falar que os alimentos que elas produzem deveriam ser comprados de agricultores familiares, o que não foi semelhante ao Grupo B, em que 42,1% das colaboradoras estava ciente da origem correta dos produtos. Todas as escolas visitadas estavam adequadas ao preconizado segundo a resolução 38 no que se tratava a servir pelo menos de três porções de frutas e hortaliças por semana. Segundo 64% das nutricionistas do Grupo A, houve mudanças benéficas no cardápio, após a implementação da Lei nos municípios, dentre elas: aumento de frutas verduras e legumes; melhora de qualidade e variabilidade dos alimentos, o que os tornou mais saudáveis. Embora o Grupo B não compra alimentos da agricultura familiar, 77% assinalam melhorias em relação ao cardápio após a divulgação da Lei. **CONCLUSÃO:** Concluímos que o diálogo entre os diversos atores envolvidos no processo é a via mais importante para que o processo de implementação das compras pelo PNAE seja bem sucedido. Os agricultores familiares necessitam de mais apoio e garantias para vender para as prefeituras e essa segurança pode vir através de editais de chamada pública mais simples e claros para que entendam melhor.

Descritores: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Agricultura familiar, Gestão.

ABSTRACT

JANUARIO, BL. **The implementation of the 11.947/09 law about the direct purchase from family farmers by the National School Feeding Program in cities within the state of São Paulo: possible factors related.** [Dissertation]. São Paulo: School of Public Health, USP; 2013.

INTRODUCTION: National School Feeding Program (PNAE) is the transfer of funds from the Federal Government, in supplementary form to the states, Federal District and municipalities, for the purchase of food for school meals. On June 16, 2009 the Law 11.947 was created, which determines the use of a minimal of 30% of this for purchase of products originating from family farms. The Law is relatively new and, therefore, the process of operationalization of purchases by the PNAE from family farms finds itself in the implementation stage, where some municipalities have succeeded making purchases directly from these farmers, while others have not yet done so.

OBJECTIVE: The aim of this paper is to describe the factors that made possible the direct purchase from family farms by the PNAE for schools and municipal management (nutritionist and the purchasing department of municipalities) in a sample of municipalities in the state of São Paulo. **METHODOLOGY:** This is a descriptive study that involves quantitative methodologies to describe and characterize the municipalities evaluated regarding the process of implementation of the Law 11.947/2009. We excluded counties where the dietitian and / or the employee's purchasing department refused to participate, as well as the municipal secretary of education not authorized research in the schools. The final sample was constituted by 25 municipalities that bought food from family farmers in 2012 (Group A) and 13 who did not (Group B), totaling 38. 162 schools were visited. Were interviewed by the dietitian responsible Technical Program, employee of the purchasing department, school authority and cooks drawn from each school. For this research were developed seven questionnaires.

RESULTS AND DISCUSSION: Seventy -two percent of nutritionists municipalities who bought directly from AF attended any lecture disclosure of the same, and 94.4 % considered them relevant, contrary to the position of Group B with 54 % and 92.3 %, respectively. Even at school , only 6.6 % of the cooks (Group A) had heard that the food they produce should be bought from farmers , which was not similar to Group B , in which 42.1 % of the collaborators was aware of the correct source of the products. All schools visited were appropriate according to the recommended resolution 38 when it came to serve at least three servings of fruits and vegetables per week. According to 64 % of nutritionists in Group A, there were beneficial changes on the menu, after the implementation of the Law on municipalities, among them: increased fruit and vegetables; improves quality and variability of food, which made them healthier. Although Group B does not buy food from family farms, 77 % indicate improvements over the menu after the disclosure of the Law. **CONCLUSION:** We conclude that the dialogue between the various agents involved in the process is the most important method for the implementation of the purchasing process by the PNAE to be successful. Family farmers require more support and guarantees for selling to local governments and these may come through simpler and clearer public notices edicts that facilitate understanding.

Key words: National School Feeding Programme, Agriculture familiar, Management.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Recurso disponível para a alimentação escolar nos municípios, por região. São Paulo, Brasil, 2013_____41

Gráfico 2: Gráfico de distribuição da localização das propriedades agrícolas dos produtores que entregaram alimentos pelo PNAE em 2012. São Paulo, Brasil, 2013._____47

Gráfico 3: Distribuição das escolas que receberam e que não receberam alimentos fornecidos diretamente pela agricultura familiar, em 2012, por tipo de instituição. São Paulo, Brasil, 2013____48

Gráfico 4: Distribuição ocorrência de ajustes feitos no cardápio das escolas, decorrentes de problemas com os produtos da agricultura familiar. São Paulo, Brasil, 2013_____49

Gráfico 5: Distribuição da avaliação das nutricionistas quanto à qualidade dos produtos da agricultura familiar entregues nas escolas (Grupo A). São Paulo, Brasil, 2013_____50

Lista de Tabelas

Tabela 1: Municípios do Estado de São Paulo sorteados para compor a amostra. São Paulo, Brasil, 2013_____33

Tabela 2: Lista de municípios do Estado de São Paulo sorteados para compor a amostra. São Paulo, Brasil, 2013_____35

Tabela 3: Distribuição das respostas das nutricionistas entrevistadas quanto à divulgação que estas promoveram em relação a Lei, entre os atores envolvidos. São Paulo, Brasil, 2013_____43

Tabela 4: Distribuição das respostas dos entrevistados quanto à participação da nutricionista na divulgação da Lei. São Paulo, Brasil, 2013_____44

Tabela 5: Distribuição da caracterização das unidades escolares. São Paulo, Brasil, 2013_____49

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa das organizações formais da agricultura familiar, Brasil, 2011_____15

Figura 2: Mapa da distância entre os municípios e as organizações que declararam DAP jurídica, 2011_____16

Figura 3: Mapa das seis regiões. Estado de São Paulo, Brasil, 2013_____27

Figura 4: Mapa das seis regiões, com os municípios sorteados em destaque. Estado de São Paulo, Brasil, 2013_____31

Figura 5: Mapa de empreendimentos da agricultura familiar identificados no estado de São Paulo, 2011_____32

Figura 6: Mapa dos recursos repassados pelo FNDE por estado em 2011_____52

Lista de Quadros

Quadro 1: Plano Tabular das variáveis a serem analisadas _____42

Quadro 2: Número de indivíduos entrevistados, por município da amostra. São Paulo, 2013_____68

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
1. INTRODUÇÃO	3
1.1 BREVE HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL	3
1.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	7
1.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	13
1.4 EXPLORANDO O ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	17
1.5 LEI Nº 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009.....	18
1.6 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS EM SAÚDE PÚBLICA	20
2. JUSTIFICATIVA	23
3. OBJETIVO	24
4. MATERIAL E MÉTODO	25
4.1 ASPECTOS ÉTICOS	25
4.2 DELINEAMENTO.....	25
4.3 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	26
4.3.1 ESTRATOS.....	27
4.3.2 ESTÁGIO I.....	30
4.3.3 ESTÁGIO II	32
4.4 AMOSTRA FINAL	34
4.5 ENTREVISTAS.....	36
5. ESTUDO PILOTO	38
6. COLETA DE DADOS	39
7. ANÁLISE DOS DADOS.....	40
8. LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	40
9. RESULTADOS.....	41
10. DISCUSSÃO	51
11. CONCLUSÃO	57
12. BIBLIOGRAFIA	58
ANEXO 1: APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – COEP (FSP/USP)	64
ANEXO 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	65
ANEXO 3: AUTORIZAÇÃO DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.....	67
ANEXO 4: QUADRO 2: NÚMERO DE INDIVÍDUOS ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIO DA AMOSTRA	68
ANEXO 5: QUESTIONÁRIO A – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	69
ANEXO 6: QUESTIONÁRIO B: NUTRICIONISTA 1.....	70
ANEXO 7: QUESTIONÁRIO C: NUTRICIONISTA 2.....	788
ANEXO 8: QUESTIONÁRIO D: DEPARTAMENTO DE COMPRAS.....	833
ANEXO 9: QUESTIONÁRIO D2: DEPARTAMENTO DE COMPRAS 2	855
ANEXO 10: QUESTIONÁRIO E: ESCOLA 1	877
ANEXO 11: QUESTIONÁRIO F: ESCOLA 2.....	922

APRESENTAÇÃO

Durante minha graduação em Nutrição tive o prazer de conhecer a professora Betzabeth, que ministrava a disciplina de Técnica Dietética na Faculdade de Saúde Pública - USP. Dada minha vontade em iniciar o mestrado demonstrei meu interesse em ser sua orientanda.

Depois de experiência anterior exitosa da minha orientadora em um estudo com escolares adolescentes, nossa equipe participou de uma capacitação pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar CECANE, onde pudemos conhecer de perto as ações e atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, fato que marcou minha vida profissional, dando início a atividades de pesquisa e extensão relacionadas a Políticas e Programas de Alimentação como estratégia de Segurança Alimentar e nutricional e do direito humano à Alimentação adequada.

Em 2009, o Governo Federal aprovou a Lei 11.947 a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e consolida a vinculação da agricultura familiar com o PNAE. No Art. 14, estabelece que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.” Surge, assim, a ideia de implementação da lei como uma estratégia de intervenção para promover o desenvolvimento local.

Com grande satisfação, nossa equipe (Flávia, Schwartzman, Cláudia Andrea Rodriguez Mora, Jamile Fernandes Ramos e eu) recebeu a notícia de que a FAPESP havia contemplado com um auxílio financeiro o projeto “O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009” (FAPESP 2011/07932-0)”, iniciado anteriormente pela Betzabeth.

Com esse apoio e equipe gabaritada dei início às minhas atividades de mestrado e pesquisa com o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Um momento marcante da trajetória no curso foi acompanhar a criação e desenvolvimento da disciplina “HNT 5764: Políticas Públicas em Alimentação Escolar”, ministrada por minha orientadora e minha colega Flávia, em que pudemos conhecer realidades trazidas pelos estudantes de diferentes cidades e uma riqueza na fala dos convidados muito experientes no tema.

Então, a partir dessas motivações eu inicialmente irei descrever brevemente o histórico da alimentação escolar no Brasil, com enfoque no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Depois, reúno algumas considerações sobre as políticas públicas que se voltaram para a agricultura familiar e quais foram os principais passos para essa agricultura dialogar com a alimentação escolar. No tópico seguinte descrevo a Lei 11.947/09, foco desse estudo, e vou me embasar em alguns autores para demonstrar que não há um acompanhamento eficiente e completo dessas ações e políticas no Brasil.

Depois situarei os objetivos, justificativa e demais capítulos de metodologia e análise dos dados, chegando, finalmente nas minhas conclusões.

Espero ter contribuído com informações e conhecimento para futuras pesquisas e trabalhos na área, principalmente dentro das políticas públicas que carecem de inovação no seu planejamento e desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

1.1 BREVE HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Durante a Revolução Francesa, em 1791, foi inaugurado, na França, o primeiro serviço de distribuição de merenda (WALKER, 1978). Nos Estados Unidos, a partir de 1853, iniciou-se a distribuição voluntária de alimentos nas escolas vocacionais e, posteriormente, em 1894, surgiram os primeiros programas de alimentação nas escolas municipais (MEC, 1982).

A "sopa escolar" constituiu a primeira forma de suplementação alimentar; era preparada nas residências das famílias e transportada até as escolas. Nessa época, entretanto, não havia a preocupação com o estado nutricional da criança que recebia o alimento, pois a desnutrição proteico-energética só foi identificada na década de 1930. O que se pretendia era minimizar a fome das crianças que chegavam à escola sem ter ingerido qualquer alimento (MEC, 1982).

Ainda nos anos de 1930, alguns estados mais ricos, como é o caso de São Paulo, diante da escolarização obrigatória, passaram a responsabilizar-se, de forma crescente, pelo fornecimento da alimentação em suas redes de ensino. Acredita-se que os programas de assistência à alimentação escolar, contribuem para elevar as taxas de matrícula, aumentar a assiduidade escolar por parte dos alunos e, conseqüentemente, diminuir o absenteísmo, melhorar o desempenho acadêmico e a capacidade de aprendizagem, bem como boas práticas em saúde, nutrição e meio ambiente (PNAE, 2010).

A Comissão Nacional de Alimentação (CNA), em 1952, quando já estava vinculada ao Ministério da Saúde e da Educação, estabeleceu o Plano Nacional de Alimentação, que tinha como objetivo principal o combate à fome – entendendo-a como fruto da estrutura econômica e social da nação. Para tal enfrentamento, propunha reformas no “arcabouço econômico” do país (PELIANO, 1998). Contudo, a CNA não chegou sequer a constituir-se em um colegiado de grande porte e, portanto, não cumpriu as tarefas institucionais que lhe foram originalmente propostas.

Essa Comissão foi substituída, em 1972, pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde, considerada como um dos componentes dos “projetos impacto” do governo Médici. O INAN constituiu-se um marco para as políticas públicas de alimentação e nutrição, instituindo um conjunto de programas direcionados às populações em situação de insuficiência alimentar e a grupos populacionais considerados de risco (gestantes, crianças e nutrízes), além dos trabalhadores inseridos no mercado formal de emprego (BURLANDY, 2003).

As principais atribuições do INAN eram propor e coordenar uma política nacional de alimentação, elaborar e propor um programa nacional de alimentação e nutrição, e funcionar como um órgão central de articulação das ações de alimentação e nutrição. Nesse sentido, foi proposta, para o período de 1976-1979, o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN).

Esse programa foi uma proposta inovadora porque assumiu que os programas de suplementação alimentar não poderiam ser vistos como substitutivos das transformações no modelo de desenvolvimento econômico e social, sendo entendidos como uma alternativa imediata ao problema da fome. Além disso, procurou integrar componentes e ações que atuavam em diferentes níveis de determinação do problema alimentar e nutricional, tais como: apoio e estímulo ao pequeno produtor agrícola, ações de suplementação alimentar, ações de combate às carências específicas, de promoção do aleitamento materno, ações de vigilância nutricional, apoio à capacitação de recursos humanos e à realização de pesquisas (VALENTE, 1996).

Embora tenha sido uma proposta avançada para a época, o II PRONAN foi fragilizado pelo paradoxo que confrontava interesses econômicos e sociais, cenário que ainda hoje, em certa medida, se mantém nas políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil. No II PRONAN, havia preocupação com uma proposta intersetorial e articuladora do tema, com integração dos componentes relacionados à produção e ao consumo alimentar. Contudo, o governo optou por um claro investimento em políticas econômicas e agrícolas – que privilegiavam a concentração de renda e terras, o que demonstra a fragilidade de inserção da questão alimentar e nutricional na agenda da política brasileira (PINHEIRO, 2010).

Essa distância e contradição entre a proposição e a execução das ações e programas mantiveram-se ao longo da década de oitenta, culminando, ao final desse período, com o enfraquecimento institucional do INAN e não priorização política de programas de alimentação e nutrição (VALENTE, 1996).

Em 1993, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), elaborando um Plano de Combate a Fome e a Miséria, e que tinha como prioridade a geração de emprego e renda, a democratização da terra, o combate à desnutrição materno-infantil, a descentralização e o fortalecimento dos programas nutricionais. Além disso, o CONSEA tentou criar novos programas de alimentação e nutrição e reforçar a atuação do INAN (BRASIL, 2007).

Em 1998, teve início o processo de formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN (BRASIL, 2011) e, em 1999, ela foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde como elemento integrante da Política Nacional de Saúde. Os eixos de ação definidos na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 1994 foram estratégicos para a construção da PNAN, muitos deles sendo incorporados entre suas diretrizes. São eles: produção e acesso a uma alimentação de qualidade; necessidade de programas de alimentação e nutrição para grupos populacionais nutricionalmente vulneráveis; controle de qualidade dos alimentos; promoção de hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis (VALENTE, 1996; 2002).

Além disso, a PNAN inova ao firmar a promoção do direito humano à alimentação adequada (DHAA) como fundamento de suas ações e apontar para a necessidade de criação de uma política abrangente de segurança alimentar e nutricional (PINHEIRO, 2010).

A ação mais importante do Governo Federal foi a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar (PNAE, 2010).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma das políticas públicas em nutrição mais antigas do país (década de 1940) e um dos principais programas de alimentação escolar do mundo, tanto em número de pessoas atendidas, quanto em recursos alocados, atualmente constitui importante estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) através da

alimentação escolar, assim como várias ações que contribuem para que se possa atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (SLATER, 2013).

Como visto anteriormente, o PNAE data da década de 1940, mas somente a partir de meados dos anos 1980, a proposta de descentralização ganha força. Em 1992, o Governo Federal passou a transferir recursos financeiros aos estados, possibilitando maior adaptação dos cardápios à realidade cultural local e o consumo de frutas, verduras e legumes frescos, no lugar dos alimentos industrializados (PNAE, 2010).

Existem duas modalidades de operacionalização do Programa: a centralizada e a escolarizada. A centralização ocorre quando as prefeituras executam o Programa em todas as suas fases, ou seja, recebem e administram o recurso federal, são responsáveis pela aquisição e distribuição dos alimentos e também pela elaboração dos cardápios. Já na escolarização as prefeituras transferem os recursos diretamente para as creches e escolas pertencentes à sua rede, que passam a ser responsáveis pela execução do Programa. Geralmente as prefeituras trabalham de uma ou outra forma, porém podem combinar as duas modalidades de gestão (mista) (BELIK, 2009).

Em 2006, os ministérios da Saúde e Educação, considerando que a alimentação no ambiente escolar pode e deve ter função pedagógica, instituíram a Portaria nº 1.010/2006 que trata das diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Os objetivos desta portaria estão descritos abaixo:

- Definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis;
- Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis;

* Em 2000, a ONU – Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu oito Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são chamados de **8 Jeitos de Mudar o Mundo** – que devem ser atingidos por todos os países até 2015 (REDE BRASIL VOLUNTÁRIO). Juntas, as ações de segurança alimentar e nutricional e de transferência de renda contavam, em 2004, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 6 bilhões. A cooperação brasileira nessa área visa incrementar a capacidade produtiva de alimentos, melhorando a produtividade e a qualidade da oferta, de modo a possibilitar o aumento da renda da área rural, em geral o maior foco de pobreza nos países em desenvolvimento (IPEA, 2004).

- Desenvolver estratégias de informação às famílias, enfatizando sua corresponsabilidade e a importância de sua participação neste processo;
- Conhecer, fomentar e criar condições para a adequação dos locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação, considerando a importância do uso da água potável para consumo;
- Restringir a oferta e a venda de alimentos com alto teor de gordura, gordura saturada, gordura *trans*, açúcar livre e sal e desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola;
- Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras;
- Estimular e auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis e no desenvolvimento de estratégias que possibilitem essas escolhas;
- Divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências;
- Desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional das crianças, com ênfase no desenvolvimento de ações de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e educação nutricional;
- Incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, permeando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares.

1.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

No Brasil, inverteram-se os termos da ocupação demográfica do espaço físico: de uma população fundamentalmente rural (66%), no advento dos anos de 1950 segundo Patarra (2000), passamos à condição de um país urbano (IBGE, 2000), com mais de 80% das pessoas atualmente radicadas nas cidades. O desempenho reprodutivo mudou radicalmente, transitando de um quadro em que as mães tinham um padrão modal de 6-8 filhos, para um estágio em que nascem em média 2,3 filhos para cada mulher. O Brasil diminuiu consideravelmente os índices de mortalidade infantil nas últimas décadas (queda

chegou a 47,6%). Em 2000, a cada mil crianças nascidas vivas, 29,7 morriam antes de completar um ano de idade. Em 2010, eram 15,6 mortes para cada mil nascidos vivos. Em cinco décadas, a queda foi de 88%, pois há 50 anos, o índice era de 131. A maior redução no período aconteceu no Nordeste (58,6%). Apesar da melhora, o Brasil ainda está longe do nível de países desenvolvidos, como os da Europa e Japão, além de Cuba, onde o índice é de cinco mortes por mil (IBGE, 2010).

Outro aspecto importante na compreensão do cenário epidemiológico dos problemas alimentares/nutricionais se configura nas disparidades regionais de renda, com as regiões mais pobres (Norte e Nordeste) desfrutando de um ingresso per capita que representa pouco mais de 1/4 da renda individual disponível nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Mantém-se, por outra parte, uma diferença expressiva na distribuição da renda entre o meio rural (bem mais pobre) e o urbano, acentuadamente nas regiões Norte e Nordeste (BATISTA FILHO, 2003).

Tomando-se como referência o déficit estatural, que representa o efeito cumulativo do estresse nutricional sobre o crescimento esquelético, observa-se que entre 1975 e 1989, a diminuição da prevalência do retardo de estatura (abaixo de -2 desvios-padrão da tabela de normalidade) foi mais rápida no meio urbano da região centro-sul (englobando Sudeste, Sul e Centro-Oeste) com um declínio de 20,5% para 7,5%, enquanto no Norte a redução foi de 39,0% para 23,0 % e, no Nordeste, de 40,8% para 23,8% (BATISTA FILHO, 2003).

Já no período compreendido entre 1989 e 1996, o ritmo de queda da desnutrição, entendida como retardo estatural moderado ou grave, foi mais acentuado nas regiões Norte e Nordeste (IBGE/UNICEF, 1982, 1992; MONTEIRO et al., 2000).

Atualmente, como movimento predominante (mas não único) observa-se a globalização de um padrão alimentar caracterizado por um aumento no consumo de alimentos industrializados e por uma redução no consumo de alimentos frescos e regionais (DIEZ GARCIA, 2003, p. 484). No caso do Brasil, Mondini e Monteiro (1995) demonstraram a substituição da banha, toucinho e manteiga por óleos e margarinas, uma redução no consumo de tubérculos (como a mandioca, a batata doce e os carás), de cereais e de feijão, assim como o aumento no consumo de laticínios (industrializados em grande diversidade de produtos, mas com a mesma matéria prima).

Os resultados de estudos nas últimas três décadas mostram que a população brasileira vem alcançando índices de comportamento epidêmico em relação ao problema de sobrepeso e obesidade, ao mesmo tempo há um declínio acentuado da desnutrição em crianças e adultos. Desta maneira, se estabelece um antagonismo de tendências temporais entre desnutrição e obesidade, definindo uma das características marcantes do processo de transição nutricional do país (BATISTA FILHO & RISSIN, 2003).

Outra singularidade epidemiológica parece se manifestar no contexto dos problemas nutricionais, principalmente a anemia. No Brasil, não existem muitos dados disponíveis que possam indicar a exata dimensão do problema. Entretanto, nos últimos anos, alguns estudos realizados no Estado de São Paulo têm evidenciado que, apesar da diminuição da prevalência da desnutrição e da mortalidade infantil, continua havendo aumento da anemia. Inquéritos com amostras representativas da população de crianças com menos de cinco anos de idade, no Município de São Paulo, mostraram uma prevalência de anemia de 35,6% na década de 1980 e de 46,9% na década de 1990 (MONTEIRO, 1997).

O PNAE manteve, então, o objetivo de contribuir para melhorar as condições nutricionais e de saúde dos escolares, ao fornecer alimentação suplementar. A alimentação escolar visa fornecer à criança algo a mais do que ela recebe em casa, uma suplementação, já que fornece apenas entre 15% e 30% das quantidades diárias recomendadas de calorias e nutrientes (FAE, 1996).

A relação desnutrição e desenvolvimento cognitivo vem sendo bastante estudada nos últimos 30 anos, e hoje é possível afirmar que a desnutrição não é causa significativa de fracasso escolar. Os prejuízos da desnutrição, extremamente graves, se expressam mais profundamente no período pré-natal, primeiro semestre de vida e até os dois primeiros anos de idade (CECCIM, 1995).

De qualquer forma, o confronto de um índice de 10% a 15% de crianças com sinais de desnutrição atual ou pregressa, como o encontrado na maioria dos levantamentos nutricionais realizados em escolas de periferia no Brasil, contra o índice médio de 50% de fracasso escolar não nos permite pensar em associação direta. Valla e Holanda (1994) citam pesquisas nacionais realizadas em diferentes regiões do País que relatam a existência de

desnutrição atual ou passada em 20% a 45% das crianças diante de taxas de fracasso escolar entre 50% e 70% do total da população escolarizada.

O índice de repetência nas escolas brasileiras é elevado, variando de 30% a 50% entre escolares da primeira série (Ribeiro, 1991). As consequências deste baixo rendimento são importantes, do ponto de vista econômico, social, educacional, bem como para a autoestima das crianças (COLLARES, 1982).

Existem poucos estudos epidemiológicos investigando a influência do estado nutricional e da situação socioeconômica da família na repetência escolar ou no desenvolvimento cognitivo; estes trabalhos não apresentam resultados uniformes. Victora et al. (1982) desenvolveram um estudo prospectivo em Pelotas (Rio Grande do Sul), no qual acompanharam quinhentas crianças de primeira série. Os autores verificaram que renda familiar foi a variável que apresentou associação mais forte com a repetência na escola e ainda que houve fraca associação entre estado nutricional e rendimento escolar. Por outro lado, Lei (1994), em um estudo caso-controle desenvolvido em Osasco (São Paulo), no qual foram estudados 125 alunos com retardo de crescimento (casos) e 139 sem retardo do crescimento (controle), verificou que crianças com déficit de crescimento apresentavam duas vezes maior chance de reprovação do que o observado entre alunos sem retardo do crescimento. Nesse estudo, o ajustamento do estado nutricional pela situação socioeconômica diminuiu a força da associação entre aquele e a repetência na escola, mas não eliminou o pior prognóstico dos escolares com retardo de crescimento. Já Reyest et al. (1990) não encontraram diferenças no desenvolvimento cognitivo entre crianças bem-nutridas e desnutridas, em estudo realizado em Manila (Filipinas).

Na década de 1980, Collares (1982) propôs que a fome, e não a desnutrição, tenha influência sobre o aproveitamento escolar. Resolvida a sensação de fome, cessam seus efeitos de interferência na disponibilidade neuropsicológica para a aprendizagem. É grande a proporção de crianças na escola pública que chega em jejum ou que tem na oportunidade da escola a sua única refeição diária, nem por isso a escola deverá consolidar-se como local de refeições em lugar de agência do ensino e aprendizagem intelectual (COLLARES, 1982).

Portanto, a merenda escolar precisa ser encarada como uma refeição para manter a criança alimentada enquanto está na escola, independente de suas condições socioeconômicas, e não instrumento para erradicar a desnutrição.

Ao privilegiar a alimentação em seu aspecto biológico, desqualificando seu conteúdo sócio antropológico, a escola renega sua função pedagógica de criação de sentidos, de estabelecimento de desafios à consciência e à apropriação do social como reconhecimento dos direitos de cidadania e de ampliação desses direitos pela transformação das condições de miséria. O que transforma o social não é o reconhecimento da condição de miséria, mas as ações construtivas de um sentimento coletivo de direitos sociais. Se, de um lado, a falta de alimentos aprisiona as disponibilidades biológicas às sensações da fome; de outro lado, a eliminação da fome tem um significado que ultrapassa em muito o biológico, pois possibilita ao homem realizar-se naquilo que o diferencia do resto dos seres vivos, isto é, realizar-se na cultura, no trabalho, na criação e na ação política (ACSELRAD et al., 1993).

Diante dessa realidade, Abreu (1995) pondera que estudos têm demonstrado que a merenda escolar, mesmo sem promover mudanças no estado nutricional da clientela, interfere positivamente no rendimento escolar, pois, ao agir sobre a “fome do dia”, aumenta a capacidade de concentração nas atividades pedagógicas.

Para minimizar esse quadro, muitos países têm efetuado investimentos em água potável, saneamento, tratamento contra parasitoses, alimentação escolar, entre outros (UNESCO, 2005). Corroborando com este posicionamento, o Relatório de Desenvolvimento Humano (IPEA, 2004) salienta que a alimentação escolar também é importante como indutora da permanência das crianças na escola e resulta na diminuição dos índices de evasão escolar. Os investimentos em educação são essenciais nos países periféricos, pois funcionam como instrumento de saída das armadilhas da pobreza e, conseqüentemente, de possibilidade para o crescimento econômico (STOLARSKI, 2007).

Para Miguel Arroyo, a escola dos filhos das classes dirigentes tem desempenhado uma função que vai além da transmissão do saber sistematizado, ao se constituir em si mesma em espaço sociocultural. Esse algo mais é que tem sido negado ao cidadão-trabalhador. A escola precisa, pois, redefinir-se como espaço e tempo de socialização vivência o mais plena possível, para a realização de todos como sujeitos socioculturais (ARROYO, 1991).

Conceitos fundamentais para a promoção da saúde são pouco difundidos entre os professores, promovendo interpretações indevidas como “Segurança alimentar e nutricional” entendida como “Segurança sanitária dos alimentos”. Assim, é importante preparar adequadamente os professores tanto em relação aos conhecimentos de nutrição e saúde, quanto a sua capacidade de atingir os objetivos pedagógicos propostos, mediante o levantamento das dificuldades encontradas pelos mesmos e sua participação ativa na promoção de alimentação saudável na escola (IULIANO, 2008).

Uma análise do PNAE para o período de 1980 a 1986 indica que, apesar da ampliação da clientela atendida, a quantidade de alimentos distribuídos e os recursos despendidos não seguiram a mesma proporção, deteriorando a qualidade do atendimento (BURLANDY & ANJOS, 2007).

As principais dificuldades encontradas pelos gestores foram: irregularidades no repasse de recursos, insuficiência para suprir os 180 dias letivos e, em determinados municípios, os próprios limites de acesso físico, considerando a precariedade das estradas, o que dificulta o transporte dos alimentos (IBAM, 1998).

A análise da oferta de refeição gratuita nas escolas, a partir dos dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) de 1998, indica uma cobertura superior do programa na Região Sudeste e também nas áreas urbanas em relação às rurais, seguindo a tendência já indicada em estudos avaliativos desenvolvidos nas décadas de 70 e 80. Porém, as políticas e programas na área de políticas de alimentação e nutrição, particularmente os de suplementação alimentar, conjugavam ineficácia, clientelismo, impacto reduzido, baixo desempenho, o não alcance efetivo dos grupos mais vulneráveis, além de uma cobertura real inferior à anunciada oficialmente. Muitas vezes não se leva em consideração as transformações no padrão de vida e consumo, e a complexidade do quadro nutricional da população brasileira, no qual convivem problemas como desnutrição e obesidade (PELIANO, 1988; PELIANO & BEGHIN, 1992; MONTEIRO, 1995; VALENTE, 1996).

1.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Até meados da década de 1990, as políticas públicas dirigidas especificamente à agricultura familiar no Brasil eram praticamente inexistentes. Isto porque as políticas agrícolas, até então, eram basicamente direcionadas aos setores mais capitalizados e à esfera produtiva das commodities voltadas ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Assim, o segmento da agricultura familiar ficou marginalizado durante muito tempo, principalmente no que se refere ao crédito rural, à política de preços mínimos e ao seguro da produção (MATTEI, 2001).

A partir de então, a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do país começa a ganhar força, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (INCRA-FAO, 2000).

Em 1996, por pressão dos movimentos sociais, surge um programa voltado especificamente para esse grupo – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): *“com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda”* (Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996).

É importante definir quem são os agricultores familiares. Desde 2006, com a publicação da Lei 11.326, o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural são considerados aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Historicamente, no Brasil, assim como também em outros países, os agricultores familiares vêm enfrentando vários obstáculos, como a falta de políticas de crédito, falta de infraestrutura e, principalmente, falta de política de regulação de preços e ausência de canais de comercialização dirigidos especificamente à sua produção agrícola (PEIXINHO, 2011).

Como resultado, eles sempre tiveram grandes dificuldades para competir com os grandes produtores e fornecedores e comercializar seus produtos, principalmente no mercado dos programas públicos, incluindo o da alimentação escolar, devido à falta de capacidades, aos entraves burocráticos e às exigências do processo de licitação estabelecidas pela Lei n ° 8.666 (BRASIL, 1993), que regulamenta as licitações e compras da Administração Pública.

Embora a Lei n. 8.666 não proibisse a compra direta, ela também não fazia referência a isso. A falta de regramento gerava várias interpretações, fazendo com que todo o aparato administrativo – setor de compras, tesouraria, financeiro e jurídico – alegasse a impossibilidade e o impedimento do processo (TRICHES, 2012).

Maluf (2007) cita o Plano de Safra da Agricultura Familiar no Brasil, impulsionado pelo CONSEA a partir de 2003, como um bom exemplo de apoio diferenciado. Em contraste com os planos convencionais voltados essencialmente para a grande produção, essa nova perspectiva levou à ampliação e diversificação das linhas de crédito (PRONAF), de assistência técnica, de garantia de safra e políticas de mercado locais dirigidas ao aumento do valor agregado e à comercialização, mas, principalmente, inovou ao criar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com vistas a integrar o aumento da demanda por alimentos, impulsionado pelos programas políticos (Fome Zero, entre eles), à produção da agricultura familiar carente de mercados.

De alguma forma, pode-se dizer que a Lei que instituiu o PAA, desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para atender os programas públicos, ao dispensar as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666/93 (BRASIL, 1993). Com isso, criou-se um marco jurídico capaz de possibilitar uma maior presença do Estado no apoio aos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares (MATTEI, 2007).

Segundo o trabalho de Maluf (2007), a questão da agricultura familiar deve ser abordada tanto pelo ângulo de garantir a essas famílias o acesso a alimentos suficientes e de

qualidade, quanto pensar sua contribuição para o provimento da sociedade de produtos agroalimentares com os mesmos requisitos de suficiência e qualidade. Note-se que a extensão da previdência social para essa parcela da população, além de instrumento de cidadania e de promoção das condições de vida, tornou-se fonte de recursos que viabiliza investimentos essenciais nos estabelecimentos familiares (MALUF, 2007).

O Instituto Via Pública (Projeto Nutre São Paulo), em parceria com o MDA, desde o início de 2011, desenvolveu alguns mapeamentos interessantes sobre a localização de agricultores familiares com e sem DAP (Declaração de Aptidão), documento que os caracteriza como formais ou informais, físicos ou jurídicos:

Figura 1: Mapa das organizações formais da agricultura familiar, Brasil, 2011.

Fonte: Instituto Via Pública, 2013.

Nota-se que há uma grande concentração de organizações rurais no litoral brasileiro, até mesmo pelo processo histórico de colonização.

Na Figura 2, chama-se a atenção para os estados do sudeste em que os municípios, em quase sua totalidade, não distam mais que 50 km de pelo menos uma organização familiar organizada.

Figura 2: Mapa da distância entre os municípios e as organizações que declararam DAP jurídica, 2011.

Fonte: MDA et al, 2012.

Além de um banco de dados constituído de 5.357 organizações formais, das quais 2.012 organizações com DAP jurídica, o Nutre/SP ressalta 217 variedades de produtos que podem ser fornecidos (INSTITUTO VIA PÚBLICA et al, 2013).

1.4 EXPLORANDO O ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A conexão da agricultura familiar com a alimentação escolar tem, de acordo com Espejo et al. (2009), o potencial de:

- Promover um maior desenvolvimento local através de um maior dinamismo na economia local e redistribuição de renda a nível local e regional;
- Melhorar o acesso dos pequenos agricultores ao mercado da alimentação escolar aumentando, assim, sua renda;
- Promover a melhoria das práticas de produção;
- Incentivar o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos na alimentação escolar, promovendo de sistemas de produção de menor impacto ambiental.

O processo referente à implementação e/ou fortalecimento da aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar é bastante complexo. Para que seja possível operacionalizar e realizar as compras locais é necessário, antes de tudo, que existam pequenos agricultores, organizados e capacitados para abastecer o mercado da alimentação escolar, com gêneros alimentícios que estejam de acordo com os hábitos alimentares dos estudantes, em quantidade e qualidade adequadas, durante o ano todo, a preços competitivos.

O armazenamento e a distribuição de alimentos comprometiam a operacionalização e a qualidade, além de aumentar consideravelmente os gastos públicos. Os alimentos eram comprados de grandes fornecedores, com alto volume de gêneros liofilizados e desidratados e baixo volume de gêneros frescos, comprometendo a adequação dos cardápios quanto à qualidade nutricional e o respeito aos hábitos alimentares. Além disso, o longo tempo decorrido entre a compra, a chegada dos alimentos à escola e seu consumo pelos alunos também reduzia a qualidade final dos produtos (PEIXINHO, 2011).

Desta maneira, para que tenham condições de produzir e comercializar alimentos em grande quantidade, com qualidade e alto valor agregado, a preços competitivos, os agricultores familiares necessitam ter acesso a políticas agrícolas de crédito, de regulação

de preços e de comercialização, apoio para melhora da infraestrutura e aquisição de equipamentos, formação e qualificação, assim como a mecanismos institucionais que lhes forneçam um suporte adequado (GHIZELINI, 2006).

A descentralização, estabelecida em 1994, através da publicação da Lei n ° 8.913 (BRASIL, 1994) e consolidada em 1998, com a Medida Provisória Nº 1.784 (BRASIL, 1998) possibilitou o fornecimento de uma alimentação escolar mais condizente com os hábitos alimentares das diversas regiões do país, bem como a racionalização da logística e dos custos de distribuição. As compras descentralizadas também abriram a possibilidade de inserir as pequenas empresas, o comércio local, os pequenos agricultores e pecuaristas no mercado institucional.

No entanto, conforme explicado anteriormente, na prática, os agricultores familiares encontravam diversas dificuldades em fornecer para o mercado da alimentação escolar, como por exemplo, a Lei de licitações e compras da Administração Pública, a falta de mecanismos de regulação de preços, de políticas de mercado, falta de organização e de capacidades institucional, produtiva e administrativa para fornecer para o Estado (SCHIRMANN et al., 2007).

Para que pudessem acessar o mercado da alimentação escolar, seria necessário que fossem criados mecanismos reguladores de preços e mecanismos alternativos de compra por parte do Estado dirigidos especialmente a eles.

1.5 LEI Nº 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009

Em 16 de junho de 2009 foi criada a Lei 11.947 que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009a).

A aquisição de gêneros alimentícios é realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade (BRASIL, 2009a).

Esta Lei foi regulamentada pela Resolução nº 38, do Conselho Deliberativo do FNDE, que descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às Entidades Executoras (secretarias estaduais de educação e redes federais de educação básica ou suas mantenedoras, que recebem recursos diretamente do FNDE, responsáveis pela execução do PNAE) (BRASIL, 2009b).

A Lei também estabelece, no parágrafo 1º deste mesmo artigo, que esta aquisição *“poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria”*.

A aprovação desta legislação representa um extraordinário avanço em direção à sustentabilidade do Programa e ao desenvolvimento rural sustentável, uma vez que conecta um PAE com a produção de agricultores de pequena escala local, através da criação de um mercado estável para pequenos proprietários de terra. Além disso, proporciona à comunidade escolar maior qualidade da alimentação a ser servida ao estimular a inserção de gêneros alimentícios diversificados e produzidos em âmbito local, encontrando um dos princípios do programa, que é o direito humano a uma alimentação adequada na escola.

A lista de alimentos a ser adquirida dos produtores deve ter como base os cardápios escolares elaborados pelo responsável técnico (RT) do PNAE, levando em conta os produtos da AF disponíveis no seu município e/ou região. Para isso, o primeiro passo do processo de compras a ser realizado é o mapeamento, pelo RT, dos produtos da AF no município, através das Organizações da Agricultura Familiar, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e as Secretarias Municipais de Agricultura. Somente com estas informações em mãos, é que o cardápio deve ser elaborado respeitando-se, assim, a cultura alimentar e a diversidade da produção agrícola local.

O orçamento do programa para 2013 foi de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Estima-se que em torno de 250 mil famílias agricultoras serão beneficiadas diretamente em todo país (FNDE, 2013).

Assim como o PAA, esta iniciativa também estimula a organização dos agricultores em cooperativas ou associações, pois se sabe que a organização em grupos formais possibilita maiores condições e capacidades de produção e comercialização, administração, institucional e de infraestrutura.

É muito importante ressaltar que o sucesso desta conexão com a AF se deve, principalmente, à intersetorialidade do PNAE com as várias agências governamentais e não governamentais, sociedade civil e atores-chave que trabalham com o setor agrícola, nas três esferas de Governo.

O PNAE, desta maneira, consolida-se como um potente instrumento estruturante de desenvolvimento local sustentável, ao conectar um programa baseado em alimentos com a produção agrícola local, de forma a aumentar a capacidade de acesso do pequeno produtor ao mercado ao lhe garantir um canal de comercialização seguro e de forma a permitir que os recursos gerados nesse processo fiquem no município e, ao mesmo, fornecendo um alimento mais saudável aos alunos.

1.6 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS EM SAÚDE PÚBLICA

Souza (2006) apresenta um importante trabalho no campo das políticas públicas, no qual tenta minimizar a lacuna da literatura nesta área, revendo as principais formulações teóricas e conceituais nascidas nos EUA e Europa. Afirma, do ponto de vista teórico-conceitual, que a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e sendo assim, uma teoria geral da política pública implicaria a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia.

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Além disso, sendo a política pública um ramo formal da ciência política, pode também ser objeto analítico de outras áreas de conhecimento, tal como a

econometria, a qual tem sido influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. As políticas públicas, embora tenha impactos no curto prazo, apresenta seus resultados apenas à longo prazo e envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (ANDRADE JUNIOR, 2009).

O objetivo da avaliação seria melhorar a qualidade dos processos de implementação ou verificar seus resultados, dando também subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras. A mesma autora, citando Draibe (2001), aponta como um dos objetos dos estudos de avaliação de programas sociais, a dimensão dos resultados. Os resultados englobariam desempenho, impactos e efeito.

Nestes estudos, os desenhos e métodos adaptam-se ao contexto, ao problema que se quer pesquisar e à abrangência da pesquisa, frequentemente combinando métodos quantitativos e qualitativos: entrevistas semi-estruturadas e abertas, observação e outros. Registra que a vantagem destes estudos é que dependendo do seu escopo, podem ser realizados mais rapidamente, dando resultados e informações úteis para gestores e gerentes, mais diretamente voltados ao contexto local (ANDRADE JUNIOR, 2009).

Para Victora (2008), os programas de políticas públicas demandam um crescente esforço para avaliação de impacto e resultados. No entanto, apesar do grande número de programas executados em diferentes partes do mundo, poucos foram ou estão avaliando seus impactos. As razões para esta diferença são muitas, e vão desde restrições econômicas até a falta de uma cultura de avaliação entre os gestores e as agências que financiam os programas.

Ainda segundo Victora (2008), há sete pecados capitais em termos de avaliação de impacto desses programas:

1. Não avaliar;
2. Iniciar a avaliação tardiamente;
3. Avaliar o impacto sem avaliar o processo;
4. Utilizar metodologia inadequada;
5. Não envolver os gestores;

6. Ignorar o contexto;
7. Não avaliar as desigualdades.

“[...] primeiro, deve haver melhorias nos sistemas de saúde para assegurar a disponibilidade de vacinas, medicamentos, acompanhamento da qualidade do atendimento, etc. Em segundo lugar, os profissionais devem ser treinados na estratégia e visitas de acompanhamento [...] em terceiro lugar, deve educar as famílias e comunidades. Segundo este modelo, as melhorias nos sistemas de saúde e de formação de profissionais de levar a um aumento da qualidade de atendimento nos serviços de saúde e consequente melhoria da gestão de casos e adesão às recomendações. Intervenções destinadas a famílias e comunidades, por sua vez, levaria a uma saúde adequada e encontrar o aumento do uso de serviços de saúde. Melhorias na qualidade do atendimento na gestão casa de doenças e uma maior utilização levaria ao resultado desejado de reduzir a mortalidade infantil e melhorar o estado nutricional [...]” (VICTORA, 2008).

Tal modelo conceitual é essencial para identificar os indicadores de impacto que requerem processo de avaliação e os tipos de pesquisa necessários para medir, estimar o impacto potencial da estratégia e estimar o tamanho da amostra da avaliação.

No caso do PNAE, não é o que está acontecendo. Há muitos estudos que avaliam micro regiões, situações específicas e os estudos não dialogam entre si. Não houve uma grande avaliação de processo e ou de impacto do programa.

2. JUSTIFICATIVA

A Lei 11.947/09 é relativamente recente e, portanto, o processo de operacionalização da compra da agricultura familiar pelo PNAE encontra-se, ainda, em fase de implementação nos vários municípios do país. Alguns deles já lograram realizar as compras diretamente dos agricultores familiares, enquanto outros ainda não o fizeram.

Neste sentido, considera-se de extrema importância descrever quais as condições e os fatores que possibilitaram a operacionalização desta iniciativa, visando contribuir para o fortalecimento do importante programa social em questão.

3. OBJETIVO

O objetivo desse trabalho foi conhecer e descrever o processo de implementação da Lei 11.947/09 e alguns fatores que se relacionaram com a compra direta da agricultura familiar para o PNAE no âmbito escolar e da gestão municipal, em uma amostra probabilística dos municípios do estado de São Paulo.

4. MATERIAL E MÉTODO

4.1 ASPECTOS ÉTICOS

Este estudo constituiu parte do projeto “O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a Lei 11.947/2009” (FAPESP 2011/07932-0).

Todas as informações foram coletadas para aqueles indivíduos que estiveram de acordo com os termos e que se apresentaram para a participação no estudo, dessa maneira, este respeitou os aspectos éticos para pesquisas realizadas com seres humanos, determinadas na resolução 196 de 1996.

Visando a legitimidade do presente estudo, o mesmo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (ANEXO 1). Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, ANEXO 2). A pesquisa foi autorizada pelo Secretário de Educação Estadual (ANEXO 3).

4.2 DELINEAMENTO

Trata-se de um estudo descritivo de caráter exploratório que envolveu metodologias quantitativas para a descrição e caracterização dos municípios avaliados quanto ao processo de implementação da Lei 11.947/2009.

Segundo Silva e Menezes (2005), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Assim, envolve entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. O caráter descritivo da pesquisa fica evidente ao expor as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

4.3 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Com o intuito de se contemplar no processo amostral características regionais, socioculturais e agro econômicas dos municípios, o Estado de São Paulo foi segmentado (estratificado) em seis partes. E, em seguida, a estratégia amostral adotada foi selecionar municípios nestes estratos e dentro dos municípios definir as unidades de ensino que seriam avaliadas. Ou seja, têm-se um esquema amostral estratificado cuja seleção se dá em dois estágios: no primeiro, sorteiam-se os municípios e em seguida, no segundo estágio, sorteiam-se as escolas.

Amostragem estratificada consiste na divisão de uma população em grupos (chamados estratos) segundo alguma(s) característica(s) conhecida(s) na população estudada, e em cada um desses estratos são selecionadas amostras em proporções convenientes (BOLFARINE e BUSSAB, 2005).

A seguir, são caracterizadas as regiões (estratos) definidas (Figura 3). O intuito dessa “regionalização” foi levar em conta o tipo de cultura (plantios), infraestrutura (estradas, número de estabelecimentos agrários), número de habitantes, IDH, fronteiras, porte (pequeno, médio, grande), tipo de gestão dos recursos do PNAE (centralizado, descentralizado e misto) e se o município é predominantemente urbano ou rural. Espera-se que estas características influenciem de modo direto nas condições e fatores envolvidos no processo de implementação da compra da agricultura familiar pelo PNAE.

4.3.1 ESTRATOS

A Figura 3 mostra o mapa com os limites destas regiões.

Figura 3: Mapa das seis regiões. Estado de São Paulo, Brasil, 2013.

*Elaborado com auxílio do software TabWin.

4.3.1.1 Região 1

Região litorânea composta por 12 municípios está localizada ao sul do estado e representa 0,72% da população paulista, sendo a área menos populosa e menos desenvolvida, com a menor taxa de urbanização. Abriga grandes porções da mata atlântica remanescente do país. 64% do território do Vale do Ribeira, tendo várias unidades com áreas de preservação ambiental.

Atualmente a região tem pequeno peso na economia paulista. Essa situação reflete o baixo nível de desenvolvimento econômico, devido às restrições impostas pela legislação ambiental, por não conseguir se integrar aos mercados dos grandes centros urbanos. A agropecuária tem na banana o seu principal produto (81% da produção regional), vindo a seguir a carne bovina, a tangerina e o maracujá. A produção de chá preto é voltada para o

mercado externo e a região é detentora do maior rebanho de búfalos regional. A atividade industrial também se faz presente na região, porém sendo pouco significativa.

4.3.1.2 Região 2

A sétima região do estado que mais cresceu segundo levantamento da Fundação Seade. Formada por 204 municípios ocupa apenas 4% do território paulista. No levantamento do Seade destaca-se também a situação social da região: se fossem ordenadas as regiões administrativas do estado através dos indicadores de longevidade e escolaridade, a região ocuparia a 2ª e a 3ª posições respectivamente.

Possui uma economia forte, com produção de alto valor agregado e com entrada nos mercados externos. É determinada pela alta diversificação de atividades. O município de São Carlos, por exemplo, conta com dois centros de pesquisa da EMBRAPA e diversas companhias que atuam no ramo agropecuário, metalúrgico, de alimentos, têxtil, eletrônico, etc. Em Araraquara a agroindústria está basicamente voltada para a produção de açúcar, álcool e suco de laranja (quatro indústrias estabelecidas na região respondem por 96% da produção brasileira de suco de laranja).

A região tem predominância de indústrias metalomecânico, metalúrgico, aeronáutico, têxtil, agrícola, sucroalcooleiro e de alimentos e bebidas. Na produção agropecuária destacam-se: cana-de-açúcar, laranja, carnes de frango e bovina, manga e limão.

4.3.1.3 Região 3

Região que faz fronteira com o Paraná, composta por 59 municípios, sendo a 3ª maior concentração populacional de São Paulo. Principalmente na região de Campos Novos Paulista há baixo desempenho em quase todos os municípios nos três indicadores: renda, longevidade e escolaridade.

Bastante dinâmica, também por suas atividades agrícolas e pecuárias, caracterizadas pela presença de diversos tipos de lavouras e de criação de animais. Destaca-se a produção

de café, milho, soja, banana, laranja, feijão, pêssego, trigo, cana-de-açúcar, amendoim, seringueira, frutas cítricas, criação de equinos e gado de corte e leite, agropecuária (7ª em produção) e agricultura.

O setor industrial da região é igualmente importante por manter grandes empresas de alimentos, bebidas, madeiras, confecções, farmacêuticas, autopeças e cerâmicas.

4.3.1.4 Região 4

Região que faz fronteira com Mato Grosso do Sul. Composta por 142 municípios, sendo região menos povoada do estado. Abriga um dos maiores complexos hidroelétricos do mundo, composto pelas usinas de “Ilha Solteira”, “Engenheiro Souza Dias” e “Três Irmãos”. Essa infraestrutura faz com que a região seja responsável pela geração de 47% da energia do estado. É marcada pela importância da agropecuária e pelo bom desempenho da indústria. É responsável por 7,6% da produção agropecuária do estado. Cana-de-açúcar, abacaxi, carne bovina e leite.

A fabricação de alimentos e bebidas é a maior responsável pela geração de valor adicionado e a 2ª na geração de emprego da região. Destaca-se ainda a produção de abacaxi que equivale a 83% da produção paulista.

4.3.1.5 Região 5

Composta por 157 municípios é a região com fronteiras para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, é caminho histórico de escoamento de ouro entre Minas Gerais e o litoral. Na pecuária é conhecida pelo gado leiteiro, formando a famosa “Bacia leiteira do Vale do Paraíba”. Diversas localidades criam suínos, equinos, caprinos, aves, peixes, além de cultivarem arroz e hortifrutigranjeiros.

4.3.1.6 Região 6

Pode ser considerada a região metropolitana do estado de São Paulo, formada por 71 municípios. Ponto de escoamento de produção brasileira, o porto de Santos, o maior e mais importante complexo portuário da América do Sul. As indústrias de alimentos e bebidas são atividades de importância na região por empregarem grande porcentagem de mão-de-obra disponível.

Economia robusta e diversificada, força de trabalho altamente qualificada, sofisticada infraestrutura de telecomunicação e tecnologia da informação, setor de suporte de negócios (consultorias) desenvolvido. Abriga a capital do estado, maior polo de negócios da América do Sul. Várias das maiores empresas globais de consultoria e contabilidade mantêm sucursais na capital paulista.

A região abriga 19,6% do valor adicionado da indústria estadual e as mais importantes indústrias são: automobilística, confecção de vestuário e de máquinas e equipamentos de informática.

Destaca-se pela fabricação e refino de petróleo e álcool, fabricação de material eletrônico e equipamentos de telecomunicações, papel e celulose, produtos têxteis, fabricação de alimentos e bebidas e produtos químicos. A agropecuária avançada, com fortes vínculos produtivos com os complexos agroindustriais, destacando-se as culturas de cana-de-açúcar e laranja, a criação de gado e frango, a olericultura, a floricultura e as plantas ornamentais.

4.3.2 ESTÁGIO I

No primeiro estágio, o tamanho amostral foi definido pelo método Amostragem Aleatória Simples sem Reposição (AAS sem).

Portanto, o tamanho da amostra n é dado pela fórmula abaixo:

$$n = \frac{z^2 p(1-p)N}{(N-1)e^2 + z^2 p(1-p)} \quad (I)$$

Onde z é o quantil da distribuição normal padrão, p a proporção de municípios não em *compliance* com o PNAE e e representa a margem de variação (ou margem de erro).

Deste modo, admitindo-se que a proporção de municípios não em *compliance* com o PNAE é de 10%, margem de erro de 9%, perda de 15% e nível de significância de 5% a quantidade de municípios sorteada foi 41.

A amostra foi alocada de modo proporcional ao tamanho dos estratos, ou seja, proporcional a quantidade de municípios em cada região. A Figura 4 mostra na cor verde os municípios selecionados.

Figura 4: Mapa das seis regiões, com os municípios sorteados em destaque. Estado de São Paulo, Brasil, 2013.

*Elaborado com auxílio do software TabWin.

A Figura 5, em levantamento do Instituto Via Pública (2013), mostra a distribuição espacial dos empreendimentos com e sem DAP (formais e informais) no estado de São Paulo. Então, podemos verificar, que a amostra final sorteada está bem distribuída no território e está relativamente próxima desses empreendimentos.

Figura 5: Mapa empreendimentos da agricultura familiar identificados no estado de São Paulo, 2011.

Fonte: Instituto Via Pública, 2013.

4.3.3 ESTÁGIO II

O estágio II consistiu em sortear escolas dentro dos municípios selecionados no passo anterior. Neste caso, adotou-se AAS sem – Equação (I) – para cada município.

De modo análogo ao estágio anterior, o interesse primário também é avaliar a conformidade ao PNAE. Assim, para calcular o tamanho amostral adotou-se a suposição que a gestão escolar é fortemente influenciada pelas gestões municipal e estadual, ou seja, a gestão escolar provavelmente segue as instruções do município ou estado em relação ao cumprimento de legislação. Assim, a proporção de escolas que atendem o PNAE deve ser

elevada, por exemplo, quando o município dispõe de diretrizes para atender a legislação, e de modo complementar, se o município não dispõe de diretrizes, a proporção de escolas que não atendem a PNAE também deve ser elevada.

Adotou-se que a proporção de escolas que estão em *compliance* com o PNAE quando o município segue o normativo é de 98% (ou, complementarmente, tem 98% de não atendimento quando o município não atende a Lei), uma margem de erro de 9%, e nível de significância de 5%.

Substituindo os valores acima na Equação (I), obtêm-se a quantidade de escolas que deveriam ser avaliadas em cada município.

Os municípios incluídos na amostra, bem como, a quantidade de escolas sorteadas em cada município são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Municípios do Estado de São Paulo sorteados para compor a amostra. São Paulo, Brasil, 2013.		
Município	Região	Quant. escola
ANGATUBA	2	6
ARAMINA	5	3
ARUJA	6	7
AVAI	2	4
BARRA BONITA	2	6
BARRA DO CHAPEU	3	6
BARUERI	6	8
BRAGANCA PAULISTA	5	8
CAPIVARI	2	7
CUNHA	5	7
FLOREAL	4	2
FRANCISCO MORATO	6	7
GUARACAI	4	5
GUARUJA	6	8
ILHABELA	5	7
ITAPORANGA	3	5
ITATINGA	2	6
JULIO MESQUITA	2	3
LAVINIA	4	4
LIMEIRA	2	8
LUCELIA	4	5
MARACAI	3	5

Município (cont.)	Região (cont.)	Quant. escola (cont.)
MERIDIANO	4	3
MOCOCA	5	7
MOGI-GUACU	5	8
MONTE AZUL PAULISTA	5	5
MONTEIRO LOBATO	5	5
NANTES	3	3
ONDA VERDE	2	3
ORINDIUA	5	3
OURO VERDE	4	4
PERUIBE	6	7
POPULINA	4	3
REGINOPOLIS	2	4
REGISTRO	1	7
RIBEIRAO BONITO	2	5
SABINO	2	3
SAGRES	4	3
SAO SEBASTIAO DA GRAMA	5	5
SETE BARRAS	1	6
TABAPUA	2	4
TORRINHA	2	4
TURIUBA	4	3
UCHOA	2	4
VALINHOS	6	7
VARGEM	5	5
Total		259

4.4 AMOSTRA FINAL

Foram excluídos municípios em que a nutricionista e/ou o funcionário do departamento de compras não aceitaram participar, bem como quando o secretário municipal de educação não autorizou a pesquisa junto às escolas.

Não houve nenhuma escola quilombola ou indígenas entre as unidades visitadas, pois não foi permitida a pesquisa pelos seus líderes comunitários.

A amostra final se constituiu por 25 municípios que compraram alimentos dos agricultores familiares e 13 que não o fizeram, totalizando 38 (Tabela 2).

Tabela 2: Lista de municípios do Estado de São Paulo sorteados para compor a amostra. São Paulo, Brasil, 2013.

Municípios	Municípios (cont.)
AVAÍ	MONTEIRO LOBATO
BARRA BONITA	ORINDIÚVA
BARUERI	ONDA VERDE
CAPIVARI	OURO VERDE
CUNHA	PERUÍBE
FLOREAL	POPULINA
FRANCISCO MORATO	REGINÓPOLIS
GUARUJÁ	REGISTRO
ILHABELA	RIBEIRÃO BONITO
ITATINGA	SABINO
JÚLIO MESQUITA	SAGRES
LAVÍNIA	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA
LIMEIRA	SETE BARRAS
LUCÉLIA	TABAPUÃ
MARACAÍ	TORRINHA
MERIDIANO	TURIÚBA
MOCOCA	UCHOA
MOGI GUAÇU	VALINHOS
MONTE AZUL PAULISTA	VARGEM

Dentro desses municípios algumas escolas haviam recentemente se fundido sob uma única gestão, o que diminuiu o número de escolas. Algumas não desejaram participar, ou eram de acesso difícil ou pouco seguro. Estas foram excluídas somando ao todo 162 visitadas. Destas 57 não receberam alimentos comprados diretamente de agricultores familiares (39 municipais e 18 estaduais) e 105 receberam (77 municipais e 28 estaduais).

4.5 ENTREVISTAS

Durante os treinamentos foi enfatizado que o papel do entrevistador de campo, em qualquer pesquisa, é de extrema importância, considerando que todos os dados utilizados como base para as análises foram obtidos por meio das entrevistas.

Ressaltou-se o respeito com que deveria ser feita a abordagem dos entrevistados, principalmente por se tratarem de indivíduos de diferentes contextos socioculturais e econômicos. Também a importância de o entrevistador manter uma relação amistosa ao longo de todo o preenchimento do questionário, desde a apresentação inicial até o encerramento da entrevista.

Inicialmente, os entrevistadores enviaram uma carta explicativa ao secretário municipal de educação dos municípios para sua ciência e aval. Assim que recebiam o aceite iniciava-se a abordagem, por telefone, com os entrevistados. O mesmo foi feito com o secretário estadual.

Neste momento, explicava-se a natureza da pesquisa e enviávamos (email e fax), sempre que solicitado, o TCLE e a carta de aceite dos secretários de educação, no caso dos diretores também era enviada uma carta explicativa, para então dar início o agendamento presencial das entrevistas.

Em cada município foram entrevistados:

- Nutricionista responsável técnica pelo PNAE.
- Funcionário do departamento de compras envolvido nas compras para o PNAE.
- Autoridade escolar (diretor, vice-diretor ou coordenador) em cada uma das escolas sorteadas.
- Cozinheiro (a) /merendeira da alimentação escolar há mais tempo em serviço em cada uma das escolas sorteadas (ANEXO 4).

Para esta pesquisa foram desenvolvidos sete questionários (ANEXOS 5 a 11):

•**QUESTIONÁRIO A – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO:** aplicado ao(s) funcionário(s) do setor da gestão da alimentação escolar da prefeitura que esteja(m) apto(s) a dar as respostas, por exemplo, o coordenador da alimentação escolar, a nutricionista responsável técnica pelo PNAE, pessoal do departamento de compras, pessoal da contabilidade, etc.

•**QUESTIONÁRIO B – NUTRICIONISTA 1:** aplicado ao (a) nutricionista responsável técnico (a) pela alimentação escolar nos municípios que compraram produtos diretamente da agricultura familiar em 2012.

•**QUESTIONÁRIO C – NUTRICIONISTA 2:** aplicado ao (a) nutricionista responsável técnico pela alimentação escolar nos municípios que não compraram produtos diretamente da agricultura familiar em 2012.

•**QUESTIONARIO D – DEPARTAMENTO DE COMPRAS:** aplicado a um (a) funcionário (a) do setor de compras que tenha participado do processo de elaboração da chamada pública para as compras da agricultura familiar para o PNAE em 2012.

•**QUESTIONARIO D2 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS 2:** aplicado a um (a) funcionário (a) do setor de compras nos municípios que não compraram produtos diretamente da agricultura familiar em 2012.

•**QUESTIONARIO E – ESCOLA 1:** aplicado nas escolas dos municípios que compraram da agricultura familiar em 2012 e que receberam estes alimentos. Foram entrevistados a autoridade escolar (diretor, vice-diretor, coordenador, etc.) e o (a) cozinheiro (a) /merendeira que trabalhasse há mais tempo na instituição.

•**QUESTIONARIO F – ESCOLA 2:** aplicado à todas as escolas dos municípios que não receberam alimentos comprados diretamente de agricultores familiares em 2012.

Para uma melhor leitura e compreensão os municípios que compraram diretamente de agricultores familiares em 2012 serão nomeados “Grupo A” e os municípios que não realizaram a compra direta dos alimentos de agricultores familiares em 2012 serão o “Grupo B”. Para cada grupo foram utilizados os seguintes instrumentos:

GRUPO A

- Questionário B - Nutricionista 1
- Questionário D - Departamento de compras
- Questionário E - Escola 1
- Questionário F – Escola 2

GRUPO B

- Questionário C – Nutricionista 2
- Questionário D2 – Departamento de compras 2
- Questionário F – Escola 2

5. ESTUDO PILOTO

Foram realizados dois estudos pilotos para a avaliação dos instrumentos e logística da pesquisa nos municípios. Dos 645 municípios de São Paulo foi sorteado um que realizou as compras diretamente dos agricultores familiares para o PNAE em 2012 (Cajamar) e outro que não realizou as compras em 2012 (Águas de São Pedro).

Após as visitas a estes municípios foram iniciados os trabalhos de ajuste dos instrumentos de pesquisa e posteriormente o início das entrevistas nos demais municípios da amostra.

6. COLETA DE DADOS

Foram escolhidos 6 centros de apoio com estudantes de universidades de nutrição no estado de São Paulo (Marília, Campinas, São Paulo, Fernandópolis, Registro e Mococa). Em cada centro foram selecionados coordenadores e pesquisadores de campo.

Os treinamentos foram realizados pela equipe de pesquisadores e responsáveis por essa pesquisa, seguindo um manual padrão.

Os centros eram formados por equipes que estavam estrategicamente posicionadas em municípios, não necessariamente que compunham a amostra, mas próximos aos sorteados.

A caracterização dos municípios (ANEXO 5) contou com a procura de alguns dados secundários de suas administrações municipais:

- Dados estatísticos provenientes de censos ou trabalhos disponíveis no MEC (Ministério da Educação),
- Alguns dados, como o valor do recurso repassado para o município para a alimentação escolar foram obtidos nos sites das prefeituras ou do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (<https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.LIBERACOES_01_PC?p_ano=2012&p_programa=C7&p_uf=SP&p_municipio=120170>)).
- Registros e documentos obtidos junto ao município: prestações de contas dos recursos administrados pelo município e gastos em alimentação escolar.

Após a fase de caracterização dos municípios os contatos eram realizados com os atores a serem entrevistados por meio de telefone, *e-mail* e fax. As entrevistas foram agendadas em horários que modificavam o menos possível a rotina dos entrevistados.

A coleta foi realizada entre os meses de janeiro a junho de 2013.

7. ANÁLISE DOS DADOS

As informações coletadas em campo foram digitadas no programa *Excel*, no Laboratório de Estudos Populacionais da Faculdade de Saúde Pública/USP–LEP/FSP/USP, formando um banco de dados criticado e consolidado.

As análises estatísticas utilizadas no estudo foram médias e proporções geradas através do programa *Stata* versão 10.

Os dados coletados através das entrevistas (questionários B a F) ajudaram a desenvolver um Plano Tabular (página 42). Esse Plano torna a análise mais ordenada e coerente, e se pode descrever os resultados em eixos ou fatores relacionados à implementação das compras nos municípios.

8. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

No âmbito escolar algumas unidades eram de difícil acesso para a equipe (estradas muito ruins, acesso apenas com auxílio de barcos ou dentro de favelas) e nas indígenas a nutricionista alegou ter medo de ir, pois era uma comunidade um pouco resistente.

A principal dificuldade foi o tempo que os secretários de educação tomaram para aprovar a pesquisa nas escolas (em média quatro meses), o que atrasava todo o planejamento de campo.

Outra abordagem difícil foi com as nutricionistas que nem sempre trabalhavam em um local fixo o que dificultava o agendamento das entrevistas.

Houve casos em que a nutricionista da gestão anterior acabou levando embora ou destruindo arquivos com cardápios e informações sobre os fornecedores, segundo funcionários atuais.

E em termos gerais a insegurança dos gestores em participar por achar que era um estudo fiscalizatório e que seriam prejudicados de alguma forma.

9. RESULTADOS

Através do questionário A, observa-se que dentre os municípios que compraram alimentos diretamente de agricultores familiares em 2012, a média de valor repassado pelo FNDE foi de R\$550.226,19, o valor da contrapartida disponibilizado pela prefeitura foi igual a R\$ 966.519,95 e a porcentagem alcançada para a compra foi de 36%.

Quanto à forma de gestão do programa de alimentação escolar em cada município foi observado que: 20 municípios eram centralizados, 3 descentralizados e 2 eram mistos.

Com relação ao Grupo B, a média de recursos federais repassados foi de R\$1.018.860,64 e de contrapartida R\$3.309.407,72, sendo 10 municípios com gestão centralizada, 1 descentralizada, 1 mista e 1 terceirizada.

O Gráfico 1 abaixo descreve o valor em reais investido na alimentação escolar, ou seja, recursos advindos do FNDE, a contrapartida das prefeituras e a soma desses valores, por região do estado.

Gráfico 1: Recurso disponível para a alimentação escolar nos municípios, por região. São Paulo, Brasil, 2013.

* Não se tem 2 valores de recursos (1 na região 2 e 1 na região 4) e 9 valores de contrapartida (3 da região 2, 2 da região 4, 2 na região 5 e 2 na região 6)

Para melhor analisar as demais respostas, foi proposto um Plano Tabular que organiza as questões dos questionários (B a F) em eixos, separados entre os grupos (A e B). Esses eixos representam os fatores possivelmente relacionados com o sucesso ou não da implementação da Lei 11.947 nos municípios:

QUADRO 1: Plano Tabular das variáveis a serem analisadas			
EIXOS de análise		GRUPO**	QUESTÕES
1	Conhecimento da Lei	A	b1, d1, e7
		B	c1, y1, f7
2	Divulgação e treinamento	A	b2, b3, b4, b5, b6, b7, b8, b9, d2, d3, e8, e11, e12, e16, e17, e18, e21, e22, e23, e24
		B	c2, c3, c4, c5, c6, c7, c8, c9, y2, y3, f8, f11, f12, f16, f19, f20, f21, f22
3	Processo de compra	A	b10, b11, b12, b13, b14, b29, b30, d6, d7, d8, d9, d10, d11, d12, d13, d14, d15, d16
		B	c10, c11, c12, y6, y7, y8, y9, y10, y11
4	Apoio institucional	A	b16, b17, b18, b19, b20, b21, b22, b23, b24, b25, e14, e15
		B	c14, c15, c16, f14, f15
5	Diálogo Intersetorial	A	b26, b27, b28
		B	c17, c18, c19
6	Distribuição e qualidade dos produtos	A	b31, b32, b33, b34, b35, b36, b37, b38, b39, b40, b41, b42, b43, b44, b45, b46, b47, b48, b49, e25, e26, e27, e28, e29, e30, e31, e32, e33, e34, e35
		B	-----
7	Condições das escolas	A	b51, b52, b53, b54, e37, e38, e39
		B	c20, c21, c22
8	Cardápio	A	b55, b56, b57, b58
		B	c23, c24, c25, c26
9	Opinião geral	A	b50, b59, b60, b61, b62, d4, d5, d17, d18, e9, e10, e19, e20, e36, e40, e41
		B	c27, c28, y4, y5, y12, y13, f9, f10, f17, f18

*questões “y” referem-se ao questionário D2. **A: municípios que compraram diretamente de agricultores familiares em 2012.

B: municípios que não realizaram a compra direta dos alimentos de agricultores familiares em 2012.

Eixo 1 – Conhecimento da Lei: Compreende as questões que indicam se os entrevistados tiveram algum contato com a Lei.

Todas as nutricionistas entrevistadas alegaram conhecer a Lei.

Dentre os funcionários do departamento de compras do Grupo A 96% conhecem a Lei, o que assemelha aos do Grupo B (92%).

Setenta e nove por cento é o número de autoridades escolares que conhecem a Lei no Grupo A contra 60% no outro grupo.

Eixo 2 – Divulgação e treinamento: Compreende as questões que indicam se os entrevistados tiveram um contato mais aprofundado em relação à Lei e/ou receberam treinamento para executá-la.

Setenta e dois por cento das nutricionistas dos municípios que compraram diretamente dos AF assistiram alguma palestra de divulgação da mesma, sendo que 94,4% os consideraram pertinentes, em contra partida às do Grupo B com 54% e 92,3%, respectivamente.

Sessenta e quatro por cento dos funcionários do departamento de licitação e compras assistiram a eventos de divulgação, situação semelhante aos municípios sem compra com, 66%.

Dentre as autoridades escolares 40% dizem não ter participado de nenhum evento de divulgação da Lei, no Grupo A e 36,8% no Grupo B.

Por sua vez, na Tabela 3 a seguir, as nutricionistas dos municípios que compraram fizeram mais eventos para divulgação da Lei com os atores ou grupos envolvidos. A maior abordagem foi com os Conselhos de Alimentação Escolar - CAE.

Tabela 3: Distribuição das respostas das nutricionistas entrevistadas quanto à divulgação que estas promoveram em relação a Lei, entre os atores envolvidos. São Paulo, Brasil, 2013.

	Comunidade escolar	Gestores municipais	CAE	Agricultores Familiares
Grupo A	36%	72%	80%	68%
Grupo B	23%	61%	77%	46%

A tabela 4 seguinte demonstra que houve uma diferença entre as respostas das nutricionistas e as respostas das autoridades escolares e merendeiras, quanto a divulgação da Lei junto à comunidade escolar, pelas profissionais de nutrição.

Tabela 4: Distribuição das respostas dos entrevistados quanto à participação da nutricionista na divulgação da Lei. São Paulo, Brasil, 2013.

	Nutricionista	Autoridade Escolar	Merendeiras
Grupo A	36%	12%	4,7%
Grupo B	23%	17%	40,4%

Ainda no âmbito escolar, apenas 6,6% das merendeiras (Grupo A) já haviam ouvido falar que os alimentos que elas produzem deveriam ser comprados de agricultores familiares, o que não foi semelhante ao Grupo B, em que 42,1% das colaboradoras estava ciente da origem correta dos produtos.

Eixo 3 – Processo de compra: O que se refere ao processo de publicação dos editais e a compra propriamente dita dos produtos da agricultura familiar.

Segundo as nutricionistas do Grupo A, os municípios demoraram a começar fechar contratos com os AF (68% somente após 2011) por diversos motivos, entre eles: não havia agricultores no município (13%), os agricultores não estavam organizados (23%), não produziam os alimentos para a alimentação escolar (13%), o município não havia realizado chamadas públicas anteriormente (13%), ou havia aberto a chamada, mas nenhum agricultor interessou-se em participar (13%). Diferentemente das nutricionistas, os funcionários do departamento de compras apontam incisivamente dois motivos: os agricultores do município não estavam organizados (50%) e porque antes não era obrigatória a compra, portanto tiveram que se adaptar (46%).

Já no Grupo B, as nutricionistas justificaram a não realização das compras pelos motivos a seguir: os agricultores não estavam organizados (15%), não produziam os alimentos utilizados na alimentação escolar (15%), três municípios não fizeram chamadas públicas (23%) e nove municípios abriram chamadas, mas nenhum agricultor interessou-se em participar (15%).

Os três municípios que não publicaram chamadas alegaram mudança de gestão da prefeitura, muita burocracia além da alegação de não haver agricultores na região. Para os funcionários do departamento de compras, dentre os que publicaram as afirmações

principais também eram mais categóricas que as dadas pelas nutricionistas: não apareceram agricultores interessados (77%) e os agricultores não estavam organizados (70%).

Quando houve o fechamento de contrato (Grupo A), os alimentos adquiridos mais citados, foram: alface, tomate, banana, batata, mandioca, mandioquinha, laranja, rúcula, acelga, abacaxi, maçã e ervas, além de, banana em forma de chips (salgadinho), mel e iogurte.

De maneira geral, a publicação das chamadas públicas foi divulgada nos principais meios de comunicação (jornais do município, regionais e estaduais, rádio e mural da prefeitura) e diário oficial.

Apenas em três situações as propostas de venda dos agricultores não foram aceitas: um deles não estava com toda a documentação necessária para participar, o segundo apresentou preço muito elevado e por último, outro agricultor apresentou duas propostas semelhantes, portanto uma delas foi descartada.

A maioria dos AF que forneceram para o Grupo A possuíam DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF, jurídica (60%). Os demais eram informais.

Para definir o preço dos alimentos provenientes da agricultura nos editais: foi realizada pesquisa de mercado em pelo menos três estabelecimentos (19), baseando-se em tabelas da CONAB (3), do PAA (2) e do município (2), nos preços encontrados nos sites do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (1) e do MEC (1).

Eixo 4 – Apoio Institucional: Todo tipo de apoio, projetos, ações ou obras, que vieram dos gestores.

Os profissionais de nutrição do Grupo A assinalaram que são apoiadas pelo secretário da educação (92%). E a prefeitura apoia projetos de melhoria de infraestrutura nas escolas, em áreas de recebimento, armazenamento dos alimentos, etc. (65%), apoiam os agricultores no processo de implementação (44%) e na logística de entrega desses alimentos (65%). Um adendo, 39 escolas (das 162) afirmaram que a prefeitura fez, de fato, melhorias na mesma.

Segundo estas profissionais existem ações da prefeitura dentro das escolas para apoiar o processo de implementação da Lei: degustação dos alimentos, implantação da compra de sucos integrais, promoção das hortas escolares e comunitárias para ensinar os alunos a plantar e estimular a alimentação saudável, divulgação da temática em cartazes e em reuniões com a comunidade e estímulo do hábito de alimentar-se de hortifrútis.

Quando há projetos/ações de apoio aos AF referem-se basicamente à: implantação de feiras livres no município, a secretaria da agricultura auxiliando na criação de cooperativas, produtores cadastrados podem retirar nota fiscal de produtor, palestras com os agricultores, nutricionista fazendo capacitação com CECANE (Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar), assistência técnica gratuita para a sua organização e documentação, e a casa da agricultura favorecendo os pequenos produtores, sempre atuando junto a eles.

Para as nutricionistas do Grupo B, o secretário de educação também está comprometido com o processo de implementação da Lei (85%), porém a prefeitura não apresenta projetos e/ou ações dirigidos aos agricultores para apoiá-los no processo.

Eixo 5 – Diálogo Intersetorial: Comunicação entre todos os grupos envolvidos para um maior entendimento do processo de implementação da Lei no município.

No Grupo A, todas as nutricionistas mencionaram da importância do diálogo com os agricultores para planejar o cardápio.

Para o Grupo B, apenas 62% das nutricionistas entraram em contato com os AF da região para conhecer seus produtos e 15%, inclusive, não consideram esse contato importante (alguns posicionamentos: “estava tudo pronto quando comecei a trabalhar e não tive tempo”; “não faz parte do meu serviço”; “sou recém-contratada e fiz as compras através dos feirantes”).

Eixo 6 – Processo de venda e distribuição: Aspectos que se referem aos agricultores familiares (localização, respeito ao contrato, produtos fornecidos, etc.) e a

distribuição dos alimentos às unidades escolares. Esse eixo refere-se apenas à municípios que realizaram a compra de alimentos da agricultura familiar.

Quanto à localização das propriedades agrícolas de produtores que entregaram alimentos em 2012, temos o gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2: Gráfico de distribuição da localização das propriedades agrícolas dos produtores que entregaram alimentos pelo PNAE em 2012. São Paulo, Brasil, 2013.

Nota-se que a maior parte das nutricionistas (14) afirmam que os AF são do mesmo município das escolas atendidas e também de outros municípios paulistas. As justificativas para os municípios que não compraram de agricultores do próprio município foram (9 responderam): não há AF (3), os que existem não estão organizados (2), medo de não serem pagos (2), os preços dos AF dos outros municípios era melhor (1) e não sabe ou não respondeu (1).

A seguir temos o gráfico 3 que representa as unidades escolares visitadas:

Gráfico 3: Distribuição das escolas que receberam e que não receberam alimentos fornecidos diretamente pela agricultura familiar, em 2012, por tipo de instituição. São Paulo, Brasil, 2013.

Apenas uma cidade não apresentava entrega de alimentos para todas as unidades escolares no Grupo A, mas sim, apenas para creches e escolas municipais até o 9º ano.

O sistema de distribuição dos produtos da agricultura familiar dava-se da seguinte forma: os AF levam os alimentos à um centro de distribuição da prefeitura e esta por sua vez os distribui (44%); através de cozinha piloto ou central (28%); distribuição direta pelos AF (28%) ou prefeitura busca os alimentos no local de produção dos mesmos e os distribui às escolas (4%).

Os fornecedores, em geral, segundo nutricionistas e merendeiras respectivamente conseguiram respeitar o contrato, em termos de cronograma (88%; 94%), quantidade (70%; 94%) e qualidade (70%; 84,8%).

Quando não houve a entrega, ainda que parcial, do que fora previamente estipulado (24%), segundo as nutricionistas, os AF não se planejaram para a produção, tiveram dificuldades em transportar esses alimentos, a colheita chegou ao fim antes do cumprimento total do acordo e problemas climáticos.

As merendeiras declaram que já precisaram fazer ajustes no cardápio devido a problemas na entrega (50%). Segue no Gráfico 4 abaixo a frequência em que esses ajustes se fazem necessários:

Gráfico 4: Distribuição ocorrência de ajustes feitos no cardápio das escolas, decorrentes de problemas com os produtos da agricultura familiar. São Paulo, Brasil, 2013.

Eixo 7 – Condições das escolas: Condições da infraestrutura e pessoal contratado (número e qualificação).

Quanto ao Grupo B, 38% alegam que todas as escolas apresentam condições adequadas de infraestrutura e 23% não tem nenhuma escola adequada (Tabela 5).

Tabela 5: Distribuição da caracterização das unidades escolares. São Paulo, Brasil, 2013.

	Entrega de alimentos da AF para todas as escolas	Número suficiente de colaboradores	Colaboradores aptos a manipular alimentos da AF	Escolas com total infraestrutura
Grupo A	24	63,3%	80%	30%
Grupo B	---	38%	85%	38%

Sete funcionários apresentam alguma dificuldade para preparar esses alimentos: gastam muito tempo no pré-preparo (limpeza, descascar, fragmentar) dos alimentos (4) ou os perdem por estes apresentarem menor tempo de vida útil (3).

Eixo 8 – Cardápio: Descrição de porções de frutas e hortaliças oferecidas atualmente e possíveis mudanças nos cardápios após a implementação da Lei.

Todas as escolas visitadas estavam adequadas ao preconizado segundo a resolução 38 no que se tratava a servir pelo menos de três porções de frutas e hortaliças por semana.

Segundo 64% das nutricionistas do Grupo A, houve mudanças benéficas no cardápio, após a implementação da Lei nos municípios, dentre elas: aumento de frutas verduras e legumes; melhora de qualidade e variabilidade dos alimentos, o que os tornou mais saudáveis. Embora o Grupo B não compra alimentos da agricultura familiar, 77% assinalam melhorias em relação ao cardápio após a divulgação da Lei.

Eixo 9 – Opinião geral: Questões referentes a percepções pessoais dos entrevistados.

Todos os funcionários do departamento de compras consideram importante a vinculação da alimentação escolar com a compra de produtos da agricultura familiar.

O gráfico 5 abaixo indica a avaliação das nutricionistas quanto a qualidade dos produtos da agricultura familiar entregues nas escolas:

Gráfico 5: Distribuição da avaliação das nutricionistas quanto à qualidade dos produtos da agricultura familiar entregues nas escolas (Grupo A). São Paulo, Brasil, 2013.

Vinte nutricionistas entrevistadas acreditam que após a implementação das compras pelo PNAE a qualidade das refeições melhorou, o restante acredita que permaneceu igual.

Os funcionários que preparam os alimentos nas escolas avaliaram os produtos que receberam dos AF, em 2012: 47 os consideram ótimos, 47 bons, 8 regulares, 1 péssimos, e 2 não sabem ou não souberam responder.

10. DISCUSSÃO

Este estudo apresentou uma proposta inovadora de estratégia amostral para pesquisas futuras que pretendam avaliar políticas públicas. Como a Lei 11.947 está sendo implementada apenas recentemente, são poucos os artigos estruturados, com metodologia de pesquisa que a avaliam. Os aspectos metodológicos mais presentes nos estudos realizados por outros pesquisadores envolvem questões como: modelo de gestão, da atuação do CAE, das características nutricionais da alimentação e condições de infraestrutura nas unidades escolares, quanto ao estado nutricional dos estudantes (VIANNA, 2000; BITTENCOURT, 2007; FORNAZIER, 2012; BELIK, 2009a, 2009b, 2012, ALMEIDA FILHO, 2007).

Contudo, as variáveis de análise acima citadas encontram-se isoladas ou combinadas parcialmente, de modo que, nenhuma delas buscava convergir no sentido de uma avaliação mais completa, na tentativa de acompanhar a implementação do PNAE e visualizar o seu nível de desempenho. Mas também devemos considerar que esses estudos de caso e revisões bibliográficas, apesar de seus resultados não terem poder de inferência para grandes populações são de extrema importância para conhecermos o PNAE.

Levantou-se que apenas um município apresenta gestão terceirizada dos recursos. Precisar-se-ia fazer um estudo mais aprofundado para saber até que ponto estaria conflitando com o objetivo do Programa no seu sentido mais amplo, da oferta de uma alimentação de qualidade aos alunos e com suas diretrizes, no que se refere ao estímulo do exercício do controle social e responsabilização dos demais níveis de governo.

O Grupo A alcançou trinta e seis por cento de gastos com a alimentação escolar do valor repassado pelo FNDE, que está acima do preconizado pela Lei 11.947 (30%), porém, mesmo levando em consideração as dificuldades e burocracia para se implementar as compras, esse valor ainda é relativamente baixo.

Verificou-se que a região 6 apresentou os maiores valores de recursos investidos na alimentação escolar que as outras. Como resultado da análise do questionário A, foi detectado que os municípios que não compraram alimentos da agricultura familiar foram os

que mais receberam recursos. Por sua vez, os municípios que compunham a região 6, exceto um, pertenciam justamente ao grupo B.

Como visto anteriormente a região 6 pode ser considerada a um importante ponto de escoamento de produção brasileira. A economia dos municípios que a compõe é robusta e diversificada, sofisticada infraestrutura de telecomunicação e tecnologia da informação, setor de suporte de negócios (consultorias) desenvolvido. Abriga a capital do estado, maior polo de negócios da América do Sul. Várias das maiores empresas globais de consultoria e contabilidade mantém sucursais na capital paulista. A agropecuária avançada, com fortes vínculos produtivos com os complexos agroindustriais. Por isso, parece se justificar a massa de recursos que chegam até ela preferencialmente do que as outras regiões.

Por exemplo, o município de São Paulo tem como pontos fortes a curta distância entre o mercado consumidor. Também há uma extensão significativa de terras na zona sul com potencial produtivo e com baixo custo de manutenção. Somando-se à estes elementos, está o fato desta mesma área, devido à sua composição hidrográfica, ser responsável pelo abastecimento das represas Billings e Guarapiranga. Daí a importância da manutenção dos espaços rurais e as áreas não edificadas, pois são um patrimônio do município.

O Mapa 6 mostra, em 2011, o repasse de recursos do FNDE por estados. Fica muito clara com essa imagem a diferença substancial do volume de investimentos na região sudeste em relação ao resto do país.

Figura 6: Mapa dos recursos repassados pelo FNDE por estado, 2011.

Em termos de contato com a Lei, os atores envolvidos (com exceção das merendeiras) estavam cientes de sua existência e aplicabilidade.

Fato que chamou a atenção foi que mesmo não recebendo alimentos da agricultura familiar, as merendeiras do Grupo B alegaram receber treinamento para manipulação dos mesmos, sete vezes mais do que as do Grupo A. Talvez pela questão ser fechada e pouco explicativa pode ter se criado margem para uma interpretação errada por parte dos entrevistados.

As nutricionistas possivelmente podem ter tido um entendimento diferente dos outros consultados de como se caracterizaria a divulgação realizada por elas, daí, então a diferença entre as respostas.

Leite et al. (2011), desenvolveram uma metodologia de formação ampla das merendeiras que foi muito bem sucedido. Os autores alertam sobre a relevância que deve ser dada à escuta e ao reconhecimento do papel da merendeira no PNAE, valorizando-se suas atividades, o que tem repercussão direta na sustentação do direito à alimentação saudável e segura. Nesse sentido, objetiva-se também estabelecer e confirmar técnicas higiênico-sanitárias consistentes, de modo que o alimento possa chegar ao escolar em condições próprias, completando assim o ciclo necessário para seu atendimento e, conseqüentemente, seu desenvolvimento.

O trabalho das nutricionistas tem parecido se aproximar aos CAEs, o que é o ideal, pois eles apresentam um papel fundamental nesse processo. A abordagem e treinamentos ministrados por elas com os outros grupos geralmente é baixa, inclusive quando essa informação foi confrontada com as respostas dadas pela comunidade escolar era mais baixa ainda.

Foi constatada uma demora muito grande na mobilização dos gestores (nutricionistas e pessoal de compras) para por em prática a Lei. Porém, quase todos os “impedimentos” citados para fazê-lo, ou fazê-lo antes não se justificam, já que a Lei e a Resolução nº38 são muito claras quanto a alternativas para esses obstáculos.

Por exemplo, se não há AF no município, pode-se realizar procura por agricultores que estejam mais distantes; não produzem os alimentos que são necessários para a alimentação escolar, portanto a nutricionista deve esclarecer melhor aos produtores para

que isso seja possivelmente corrigido. O mesmo para a questão da não organização dos agricultores: trabalho de equipes do governo para auxiliar as famílias; se não apareceram agricultores para fechar contrato, mas eles existem no município deve haver muito diálogo com estes, já que muitos têm ainda receio de terem a prefeitura como devedora.

É o que discute Triches (2012):

“Há uma racionalidade que se destaca entre os agricultores: “se a dificuldade de ordem burocrática for transposta, então eu me organizo”. Isso quer dizer que há, por parte dos produtores, a necessidade de confiar no processo antes de ingressar nele e, para mobilizarem-se, é fundamental a garantia do ganho [...]Essas relações de desconfiança refletem-se já no início do processo, cabendo ao gestor, além de rever os processos de compra, persuadir o agricultor a acreditar naquele novo mercado. A “desconfiança” do agricultor no governo local foi um obstáculo citado por vários entrevistados. Afinal, seria vantajoso para o agricultor vender para a prefeitura? Segundo o membro da comissão de licitações, a dificuldade era “[...] acreditar, porque tinha a dúvida deles - será que eu vou receber? Ou da prefeitura comprar e não pagar.” E, se pagassem, qual seria o preço pago, ou seja, haveria um retorno que fosse melhor do que aqueles circuitos de comercialização já existentes?”.

Na experiência do autor, segundo os próprios agricultores, o motivo de sua desistência estava na falta de organização e entendimento entre si para acessarem esse mercado de forma a não se prejudicarem e nem competirem, ultrapassando esses fatores que os tornavam dependentes (TRICHES, 2012).

Como visto anteriormente alguns municípios ainda definem os preços dos produtos que entram nos editais através de tabelas do PAA, CONAB, MDA e MEC. Estes deverão rever suas políticas, uma vez que está em vigor a Resolução nº 26, de 17/06/2013 que dispõe que o preço de aquisição não terá mais como referência o PAA. É então o preço médio pesquisado em, no mínimo três mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar, quando houver.

De forma geral os secretários de educação estão engajados no processo, bem como as prefeituras, mas há falta de ações diretas junto aos agricultores familiares e melhorias efetivas de infraestrutura nas escolas.

As nutricionistas do Grupo A tem uma maior consciência da importância do diálogo com os AF para o planejamento do cardápio. Já entre os gestores do departamento de compras todos consideram importante a vinculação da alimentação escolar com a compra de produtos da agricultura familiar.

Esse departamento da prefeitura deveria mediar a disputa que ocorre entre agricultores formais e informais. Os primeiros reclamam que não conseguem concorrer com os que não estão legalizados pelos custos que têm com a produção, ou colocam dúvida em relação à identificação de qualidade do produto, aludindo a uma possível adulteração para poderem vender por preços abaixo do que seria o custo. Esse fato salienta-se ainda mais quando se estabelece a responsabilidade do agricultor que vence o certame sobre o cumprimento do contrato com a prefeitura, correndo o risco de ser multado, se não o fizer. Além de ter de ultrapassar a sua ideia preconcebida de desconfiança em relação ao Estado, agora ele tem de provar que será um fornecedor idôneo e cumpridor de suas responsabilidades (TRICHES, 2012).

Como observado no Gráfico 2, a maior parte dos produtores estão localizados no mesmo município das escolas e dos municípios vizinhos, isso vai ao encontro com o que o preconizado em que a aquisição de gêneros alimentícios deve ser realizada, sempre que possível, no mesmo município e quando o fornecimento não puder ser feito localmente, poderão complementar a demanda entre agricultores da região, estado e país, nesta ordem de prioridade.

Apenas uma cidade do Grupo A não apresentava entrega de alimentos para todas as unidades escolares (apenas para creches e escolas municipais até o 9º ano).

Pensando em termos de tipo de instituição (municipal e estadual), de todas as escolas visitadas, mais de um terço não receberam os alimentos, mas esta situação piora entre as municipais (Gráfico 3).

O sistema de fornecimento dos produtos da agricultura familiar foi majoritariamente dado por um centro de distribuição da prefeitura que os distribui (44%), que, por sua vez,

está acontecendo, em geral, respeitando-se datas, qualidade e quantidade, acordados previamente.

Segundo as nutricionistas, os motivos para os agricultores não conseguirem entregar os alimentos, decorre-se, principalmente, de uma falta de planejamento de logística e produção. Então, ajustes (substituições, trocas, etc.) acabam tendo que ser aplicados aos cardápios, pelo menos uma vez por mês (24%).

Durante a coleta de dados pode-se perceber que as escolas não apresentam uma excelente infraestrutura, principalmente de armazenamento e as merendeiras não estavam trajadas adequadamente e sempre comentavam que sua rotina era muito trabalhosa por conta do número reduzido de funcionários. Através dos questionários pode-se constatar essa realidade (Tabela 5), em que apenas 68% das escolas consideravam-se totalmente adequadas em termos de infraestrutura e 38% das do Grupo B não apresentam número suficiente de colaboradores.

A maioria das profissionais de nutrição aponta para uma melhora da qualidade das refeições servidas após a promulgação da Lei. Como visto no Gráfico 5, os alimentos advindos da agricultura familiar são considerados de ótima e boa qualidade, respaldados por serem entregues no prazo e nas quantidades combinados por contrato.

Como visto nos mapas 2, 5 e 6, o estado de São Paulo apresenta muitas organizações rurais familiares, que são relativamente próximas aos municípios paulistas, que por sua vez estão na região que mais concentra repasses do FNDE. Caracteriza-se, então, por um ambiente com grande potencial de sucesso para a implementação das compras pelo PNAE.

11. CONCLUSÃO

O PNAE mostra-se cada vez mais como um excelente programa, que tenta atender o maior número de indivíduos, não apenas no quesito fisiológico do ato de alimentar, mas sim, com uma abrangência social e cultural.

Neste contexto, a partir da implementação e consolidação de políticas agrícolas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da Lei 11.947 integra-se, por extensão, a ampliação do acesso ao alimento com a criação/institucionalização de sistemas públicos e descentralizados de segurança alimentar e nutricional.

Paradoxalmente, nota-se, que mesmo sendo obrigatória a compra, em muitos locais, a efetividade desse abastecimento é de extrema dificuldade, o que aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre política pública e capital de relações e diálogos entre os atores na construção, ampliação e institucionalização desses mercados.

Com esse trabalho percebemos que alguns entraves ao sucesso da implementação das compras nos municípios poderiam ser eliminados com uma divulgação maior, com reuniões periódicas com representantes de todas as esferas (gestores, escola e agricultura familiar), com maior atuação dos CAEs e das organizações que atuam mais próximas aos AF, como por exemplo: a secretárias de agricultura, as CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), no caso de São Paulo e EMATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) para os outros estados. Nestas reuniões, é importante que todos tragam suas preocupações e necessidades garantindo que a tomada de decisões seja benéfica a todos.

Ressalta-se que a ação educativa constitui um espaço social para a construção de valores e atitudes que promovem o desenvolvimento da autonomia e do senso de responsabilidade individual e coletiva das merendeiras, assim como das instituições.

Os gestores locais devem procurar os agricultores e cadastrá-los, informando-os das normas desse mercado realizando um trabalho de convencimento, esclarecimento e de auxílio para que possam participar do sistema de chamadas públicas. Os agricultores familiares necessitam de mais apoio e garantias para vender para as prefeituras e essa segurança pode vir através de editais de chamada pública mais simples e claros para que entendam melhor.

12. BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. T. **Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico?** Em Aberto, Brasília: INEP, v.15, n.67, p.5-20, jul./set. 1995.

ACSELRAD, H.; CARVALHO, I.; HERINGER, R.; LIMONCIC, F. **A fome como fato político.** Seção Especial. São Paulo: IBASE, p.27-34, jul./ago. 1993.

ALMEIDA FILHO, N.; BELIK, W.; ORTEGA, A. C.; COUTO, E. P.; VIAN, C. E. **Segurança alimentar: evolução conceitual e ação das políticas públicas na América Latina.** XLV Congresso da SOBER "Conhecimentos para Agricultura do Futuro". Londrina, PR, 2007.

ANDRADE JR., R. C. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA) / Remy Corrêa de Andrade Júnior. – Porto Alegre, 2009. 116 f.: il. Orientador: Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

ARROYO, M. (Org.). **Da escola carente à escola possível.** São Paulo: Loyola, 1991.

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A.. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.181-191. 2003.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr., Campinas**, v. 22, n. 5, Oct. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000500001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 julho 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732009000500001>.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr., Campinas**, v.22, n.5, p.595-607, set./out. 2009a.

BELIK, W.; DOMENE, S. M. A. Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo - Brasil. **AGROALIMENTARIA**, São Paulo, v.18, n.34, p.57-72, jan/jun. 2012.

BELIK, W.; SOUZA, L. R. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA AMÉRICA LATINA. **Planejamento e políticas públicas**, n.33, jul./dez. 2009b.

BITTENCOURT, J. M. V. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no município de Guaíba** / Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, O.W. **Elementos de Amostragem.** Associação Brasileira de Estatística São Paulo Edgar Blucher: 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em 10 fevereiro 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8913.htm>. Acesso em 1 novembro 2012.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em 16 fevereiro 2013.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 1.784 de 14 de dezembro de 1998.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1784.htm>. Acesso em 10 fevereiro 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 10 fevereiro 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Mo692 Modulo 10 : Alimentação e nutrição no Brasil I. / Maria de Lourdes Carlos Rodrigues et al. – Brasília : Universidade de Brasília, 2007. 93 p. ISBN: 978-85-230-0988-5.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 16 de junho de 2009a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm)>.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

BRASIL/FNDE. **Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009/ FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.** 2009b. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de alimentação e nutrição.** Brasília: Ministério da Saúde; 2011. Disponível em: < Acesso em: 25 de setembro de 2012.>. Acesso em 15 de maio de 2013.

BRASIL/FNDE. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Acesso em 19 junho 2013.

BURLANDY, L. O. Comunidade Solidária e os Programas de Alimentação e Nutrição. Focalização e Parcerias [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Oswaldo Cruz; 2003.

BURLANDY, L.; ANJOS, L. A. Acesso à alimentação escolar e estado nutricional de escolares no Nordeste e Sudeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.5, p.1217-1226, mai. 2007.

CECCIM, R.B. **A MERENDA ESCOLAR NA VIRADA DO SÉCULO:** agenciamento pedagógico da cidadania Em Aberto, Brasília, v.15, n.67, jul./set. 1995.

COLLARES, C. A. L. Influência da merenda escolar no rendimento em alfabetização: um estudo experimental. São Paulo: USP. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 1982.

DIEZ GARCIA, R.W. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.16, n.4, p.483-492, out./dez. 2003.

DRAIBE, S. M. Introdução. In: BARREIRA, MCRN; CARVALHO, MCB de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

ESPEJO, M.M.S.B. et al. Campo de pesquisa em contabilidade: uma análise de redes sob a perspectiva institucional. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v.3, n.2, p.45-71, 2009.

FAE - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. **Descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar**: Relatório de Atividades 93/94. Brasília, FAE, 1996. 72 p.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. INSERÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES NO MERCADO DE ALIMENTOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. **Agenda Social**, v.6, n.2. 2012. Disponível em: www.revistaagendasocial.com.br ISSN 1981-9862. Acesso em 10 fevereiro 2013.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em 27 março 2011.

GHIZELINI, A.A.M. **Políticas Públicas de Segurança Alimentar como processo de intervenção direta na produção e no consumo de alimentos no Brasil**. In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Quito, 2006.

IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Avaliação da estratégia do Comunidade Solidária**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; 1998.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **Censo Demográfico**. Preliminares. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 outubro 2012.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. **Projeção Preliminar da População do Brasil**. Revisão 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 21 junho 2012.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), 1982. **Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil**: Aspectos Nutricionais, 1974-75. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), 1992. **Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil**: Aspectos Nutricionais, 1989. Rio de Janeiro: IBGE.

INCRA-FAO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. **Novo retrato da Agricultura Familiar** - o Brasil redescoberto, 2000. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/proyecto/brazil/censo.pdf>. Acesso em 21 outubro 2012.

INSTITUTO VIA PÚBLICA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA); SUPERVISÃO DE ABASTECIMENTO (ABAST); SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS. **Plano São Paulo comprando da Agricultura Familiar. São Paulo, 2013.**

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** – Relatório nacional de acompanhamento. – Brasília: Ipea, 2004.

IULIANO, B.A. Atividades para promoção de alimentação saudável em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos SP, Orientador: Ana Maria Dianezi Gambardella. Dissertação [Mestrado]. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, 2008.

LEI, D. L. M. Retardo do Crescimento na Idade Pré-Escolar: Fatores Sócio-Econômicos, Associação com o Estado Nutricional na Idade Escolar e Prognóstico do Aproveitamento Discente no Município de Osasco (Área Metropolitana de São Paulo). Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1994.

LEITE, C.L.; CARDOSO, R.C.V.; GÓES, J.A.W.; FIGUEIREDO, K.V.N.A.; SILVA, E.O.; BEZERRIL, M.M.; VIDAL JÚNIOR, P.O.; SANTANA, A.A.C. Formação para merendeiras: uma proposta metodológica aplicada em escolas estaduais atendidas pelo programa nacional de alimentação escolar, em Salvador, Bahia. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.24, n.2, p.275-285, mar./abr. 2011.

MALUF, R.S.J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v.7, p.33-44. 2007.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar; Instituto Via Pública Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo./CORÁ, M.A.J.; BELIK, W. (Org). São Paulo: Instituto Via Pública, 2012. 104p.:Ilust.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Programa Nacional de Alimentação do Escolar - PNAE**: uma abordagem técnica. Brasília, 1982. [Mimeografado].

MONTEIRO C.A.; MONDINI, L. ; SOUZA, A. L. M. ; POPKIN, B. M. Da Desnutrição para a Obesidade: A Transição Nutricional No Brasil.. In: MONTEIRO, CA. (Org.). **Velhos e novos males da saúde no Brasil: A EVOLUCAO DO PAIS E DE SUAS DOENCAS**. 1 ed. SAO PAULO: HUCITEC/NUPENS-USP, p.247-255. 1995.

MONTEIRO, C.A.; SZARFARC, S.C.; MONDINI, L. **A trajetória da saúde infantil com medida de desenvolvimento social**: o caso da cidade de São Paulo, ao longo de cinco décadas. São Paulo; 1997. [Relatório preliminar do Projeto].

MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L.; SOUZA, A. L. M. & POPKIN, B. M. **Da desnutrição para a obesidade**: A transição nutricional no Brasil. In: Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil (C. A. Monteiro, org.), p. 247-255, 2a Ed., São Paulo: Editora Hucitec.2000.

PATARRA, L. P. Mudanças na dinâmica demográfica. In: **Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil** (C. A. Monteiro, org.), p. 61-78, 2a Ed., São Paulo: Editora Hucitec. 2000.

PEIXINHO, A et al. **Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos**. O Mundo a Saúde, São Paulo: 2011;35(2):128-136. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos../alimentacao_escolar_brasil_estados_unidos.pdf>. 2011. Acesso em 10 fevereiro 2013.

PELIANO, A.M.T.M.; BEGHIN, N. **Os programas de alimentação e nutrição para as crianças e adolescentes, qual o destino?** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 1992.

PELIANO, A.M.T.M. **A Política Nacional de Alimentação e Nutrição**: breve retrospectiva histórica. In: Caderno NESP: Economia e Nutrição – contribuição para um debate/ CEAM / Núcleo de Estudos em Saúde Pública. Ano 1, n.2. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; 1998.

PELIANO, A.M.T.M. Os programas alimentares e nutricionais no contexto da recessão econômica: 1980-1984. In: Chahad JP, Cervini R, organizadores. **Crise e infância no Brasil**. O impacto das políticas de ajuste econômico. São Paulo: Fundo das Nações Unidas para a Infância/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/Universidade de São Paulo; 1988. p. 139-84.

PINHEIRO, A.R.O.; CARVALHO, M.F.C.C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.15, n.1, p.121-130. 2010.

PORTAL DAS CIDADES PAULISTAS. Disponível em: <<http://www.cidadespaulistas.com.br/>>. Acesso em 23 março 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Controladoria-Geral da União. **MERENDA ESCOLAR Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em 28 de setembro de 2011.

REDE BRASIL VOLUNTÁRIO. Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2000. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/objetivos/>>. Acesso em: 02 de agosto de 2013.

REYEST, M. R. L.; VALDECANS, O. L. R.; REYES, T. M. The effects of malnutrition on the motor, perceptual, and cognitive functions of Filipino children. **International Disability Studies**, v.12, p.131-136. 1990.

SCHIRMANN, G. S. O programa de aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de promoção da agricultura familiar. In: **Rev. Bras. de Agroecologia**, v.2, n.2, out. 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/EDNA LÚCIA DA SILVA, ESTERA MUSZKAT MENEZES. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SLATER, B. V.; SCHWARTZMAN, F.; JANUARIO, B. L.; RAMOS, J. F. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Rev. bras. epidemiol.** [online], v.16, n.1, p. 223-226. 2013. ISSN 1415-790X.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, jul/dez. 2006.

STATACORP. 2007. Stata Statistical Software: Release 10. College Station, TX: StataCorp LP.

STOLARSKI, M.C.; CASTRO, D. CAMINHOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: análise de uma política pública no período de 2003-2004. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.113, p.31-58, jul./dez. 2007.

STOLARSKI, M.C.; CASTRO, D. Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.113, p.31-58, jul./dez. 2007.

TABWIN - DEPARTAMENTO DE INFORMAÁTICA DO SUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=040805>>. Acesso em 10 junho 2012.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 66-105. 2012.

UNESCO. **Educación para todos: el imperativo de la calidad**: resumen: informe de seguimiento de la EPT en el mundo. Paris, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001373/137334s.pdf>>. Acesso em: 03 de agosto de 2013.

VALENTE, F. L. S. **Inserção dos componentes de alimentação e nutrição nas políticas governamentais e na estratégia internacional de desenvolvimento**. Brasília: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação; 1996.

VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez; 2002.

VALLA, V. V., HOLLANDA, E. Fracasso escolar, saúde e cidadania. In: VALLA, Victor V., STOTZ, Eduardo (Orgs.). **Educação, saúde e cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VIANNA, R. P. T.; TERESO, M. J. A. O programa de merenda escolar de campinas: análise do alcance e limitações do abastecimento regional. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.13, n.1, p.41-49, jan./abr., 2000.

VICTORA, C. G.; MARTINES, J. C.; COSTA D. J. Fatores sócio-econômicos, estado nutricional e rendimento escolar: um estudo em 500 crianças de primeira série. **Cadernos de Pesquisa**, v.41, p.38-48. 1982.

VICTORA, C. G et al. Los siete pecados capitales de la evaluación del impacto. **Gac Sanit**, v.22, n.1, p1-7. 2008.

WALKER. A. R. P.; RICHARDSON, B. D. Are school meals necessary? **S. Afr. med. J.**, v.53, p.229-30. 1978.

Anexo 1: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – COEP (Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo)

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – COEP

Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo

OF.COEP/058/13

28 de junho de 2013.

Prezadas pesquisadora e orientadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, analisou, de acordo com a Resolução n.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, o protocolo de pesquisa n.º 2308, intitulado "AVALIAÇÃO DOS FATORES CONDICIONANTES DA IMPLANTAÇÃO (OU NÃO) DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ESTADO DE SÃO PAULO", do grupo III, sob responsabilidade da pesquisadora Bruna Lourenço Januario e orientação da Professora Betzabeth Slater Villar, considerando APROVADO "AD REFERENDUM" a alteração do título da dissertação para "DESENVOLVIMENTO DO INDICADOR DE ADESAO (IAL) À LEI 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009 DO PNAE, NO ÂMBITO DA VINCULAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, POR MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO".

Cabe lembrar que, de acordo com a Res. CNS 196/96, são deveres do(a) pesquisador(a): 1) Comunicar de imediato qualquer alteração no projeto e aguardar manifestação deste Comitê de Ética em Pesquisa para dar continuidade à pesquisa; 2) Manter sob sua guarda e em local seguro, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo COEP; no caso eventual auditoria; 3) Comunicar formalmente a este Comitê por ocasião do encerramento da pesquisa; 4) Elaborar e apresentar relatórios parciais e final; 5) Justificar perante o COEP interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Atenciosamente,

Prof. Tit. Claudio Leone

Decano do Comitê de Ética em Pesquisa – FSP/USP

Ilm.ª Sr.ª

Prof.ª Dr.ª Betzabeth Slater Villar
Departamento de Nutrição
Faculdade de Saúde Pública da USP

Anexo 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **“O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009”**.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública de alimentação escolar de grande importância e abrangência no país, cuja lei (11.947/2009) foi recentemente aprovada (junho de 2009), instituindo vários avanços como a compra diretamente da agricultura familiar para o programa. Neste sentido, considera-se de extrema importância conhecer como está sendo o processo de implementação da mesma e entender como está se efetivando a operacionalização das compras locais em alguns municípios, para se detectar prováveis fragilidades, resultados positivos já alcançados, as sugestões para aperfeiçoamento e as potencialidades da conexão do PNAE com a AF.

O objetivo desse projeto é identificar as condições e os fatores envolvidos no processo de implementação da compra da agricultura familiar pelo PNAE, de acordo a Lei no 11.947, no âmbito institucional e de organizações civis, em municípios do estado de São Paulo.

O procedimento de coleta de dados se constitui por uma entrevista que durará aproximadamente 15 minutos. O entrevistador faz parte da equipe de colaboradores treinados para tal fim.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS: O projeto prevê apenas a realização de entrevistas com os participantes, os quais serão voluntários, portanto, acredita-se que os riscos ou desconfortos sejam mínimos, por exemplo, a chance remota do extravio dos dados levando a um constrangimento. Quanto aos benefícios, acredita-se que os resultados desta pesquisa poderão trazer esclarecimentos a respeito da implementação e alguns efeitos desta política, o que poderá contribuir para a sua melhoria e consequentemente melhor atendimento de uma das populações beneficiadas.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: Este item não se aplica à esta pesquisa.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no

Curso de Pós Graduação em Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS

DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para o(a) senhor(a) e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE: Eu,

_____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O(a) professor(a) orientador(a) Betzabeth Slater Villar certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei chamar a estudante Bruna Lourenço Januário e o(a) professor(a) orientador(a) Betzabeth Slater Villar, no telefone (11) 30617853 ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sito à Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – São Paulo, SP.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Profª Drª Betzabeth Slater Villar
Coordenadora da pesquisa
FSP/USP

Pesquisador: Bruna Lourenço Januário

Instituição: Universidade de São Paulo

Participante

_____ de _____ de 2013

Anexo 3: Autorização do Secretário Estadual de Educação

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Praça da República, 53 - sala 204 - CEP: 01045-903

(Protocolo DA/NUPROE/CECAD nº 1518/0001/2013)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação - SEE, neste ato representada por seu titular Professor Herman Jacobus Cornelis Voorwald, **AUTORIZA** o Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo a realizar pesquisa em escolas da rede pública estadual cujo o programa de alimentação escolar está sob a gestão de municípios, para o projeto intitulado "O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Agricultura Familiar: Avaliação do Processo de Implementação e dos Possíveis Efeitos das Compras Locais, Segundo a Lei 11.947/2009".

Os resultados da pesquisa deverão ser utilizados **exclusivamente** para o Projeto acima mencionado, que tem como pesquisador responsável a Professora Doutora Betzabeth Slater Villar.

Os resultados bem como as conclusões alcançadas na dissertação deverão ser encaminhadas para conhecimento da equipe técnica da SEE.

As escolas sorteadas estão autorizadas a participar da amostragem, sendo-lhes facultado o direito de recusar essa participação, a critério dos gestores locais.

Resta consignada a obrigatoriedade de proteção dos dados governamentais, devendo a interessada declinar a fonte de informação na bibliografia do trabalho apresentado.

Na hipótese de publicação do texto, previamente deverá ser submetido pedido específico para apreciação da autoridade competente.

E para constar, o presente termo é expedido em três vias de igual teor, sendo duas entregues aos requerentes e a terceira juntada ao expediente da Secretaria.

G.S., 17 de abril de 2013

HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD
Secretário da Educação

Anexo 4: Quadro 2: Número de indivíduos entrevistados, por município da amostra

Quadro2: Número de indivíduos entrevistados, por município da amostra. São Paulo, Brasil, 2013.				
Município	Nutricionista	Funcionário do departamento de compras	Autoridade escolar	Merendeira
AVAI	1	1	4	4
BARRA BONITA	1	1	6	6
BARUERI	1	1	8	8
CAPIVARI	1	1	7	7
CUNHA	1	1	7	7
FLOREAL	1	1	2	2
FRANCISCO MORATO	1	1	7	7
GUARUJA	1	1	8	8
ILHABELA	1	1	7	7
ITATINGA	1	1	6	6
JULIO MESQUITA	1	1	3	3
LAVINIA	1	1	4	4
LIMEIRA	1	1	8	8
LUCELIA	1	1	5	5
MARACAI	1	1	5	5
MERIDIANO	1	1	3	3
MOCOCA	1	1	7	7
MOGI-GUACU	1	1	8	8
MONTE AZUL PAULISTA	1	1	5	5
MONTEIRO LOBATO	1	1	5	5
ONDA VERDE	1	1	3	3
ORINDIUVA	1	1	3	3
OURO VERDE	1	1	4	4
PERUIBE	1	1	7	7
POPULINA	1	1	3	3
REGINOPOLIS	1	1	4	4
REGISTRO	1	1	7	7
RIBEIRAO BONITO	1	1	5	5
SABINO	1	1	3	3
SAGRES	1	1	3	3
SAO SEBASTIAO DA GRAMA	1	1	5	5
SETE BARRAS	1	1	6	6
TABAPUA	1	1	4	4
TORRINHA	1	1	4	4
TURIUBA	1	1	3	3
UCHOA	1	1	4	4
VALINHOS	1	1	7	7
VARGEM	1	1	5	5
Total	38	38	195	195

Anexo 5: Questionário A – Caracterização do Município

QUESTIONÁRIO A - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO									
1. Nome do Município									
2. Telefone da prefeitura									
3. Nome e cargo do coordenador/responsável pela alimentação escolar									
4. Telefone e email do coordenador/responsável pela alimentação escolar									
5. Nome da nutricionista responsável técnica do PNAE									
6. Telefone e email da nutricionista									
7. Recursos financeiros repassados ao município pelo FNDE em 2012									
8. Valor da contrapartida do município em 2012									
9. Modalidade de gestão do PNAE (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta)	a. ☐ Centralizada	b. ☐ Descentralizada (escolarizada)	c. ☐ Mista	d. ☐ Terciarizada					
10. O município comprou alimentos diretamente da Agricultura Familiar para o PNAE em 2012?	a. ☐ Sim	b. ☐ Não							
11. Número de unidades e escolas atendidas em 2012	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Educação especial	Quilombolas	Indígenas	Assentamento
Número de unidades escolares municipais									
Número de unidades escolares estaduais									
Número de alunos da gestão municipal									
Número de alunos da gestão estadual									
12. Escolas da amostra que receberam alimentos comprados diretamente da agricultura familiar									
MUN	NOMEDEP	ZONAMEC	NOMESC	Sim recebeu	Não Recebeu				
13. Nome dos grupos ou indivíduos de agricultores familiares que venderam para o PNAE em 2012, por meio da Lei 11.947									
	Tipo (C: cooperativa, A: associação, AF: agricultores familiares individuais, etc)	Telefone	Endereço						
	Legenda								
	MUN	Município							
	NOMEDEP	Departamento que é vinculado							
	ZONAMEC	Zona territorial da cidade							
	NOMESC	Nome da escola							

Anexo 6: Questionário B: Nutricionista 1

ENTREVISTADO(A):	
FUNÇÃO OU CARGO QUE EXERCE:	
ANO EM QUE COMEÇOU A TRABALHAR COMO NUTRICIONISTA DO PNAE NO MUNICÍPIO:	
DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947	
1. O (a) senhor (a) conhece a Lei 11.947 de 2009 do PNAE que diz respeito, entre outras coisas, à utilização de 30% dos recursos financeiros do Governo Federal na compra de produtos diretamente da agricultura familiar?	
1.1 []	Não (<i>passa para a pergunta 4</i>)
1.2 []	Sim
1.3 []	NS/NR (<i>passa para a pergunta 4</i>)
2. O (a) senhor (a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) para divulgação da Lei 11.947 do PNAE?	
2.1 []	Não (<i>passa para a pergunta 4</i>)
2.2 []	Sim
2.3 []	NS/NR (<i>passa para a pergunta 4</i>)
3. O (a) senhor (a) achou que esse evento trouxe informações úteis para auxiliar no processo de implementação das compras dos produtos da agricultura familiar para o PNAE no seu município?	
3.1 []	Não
3.2 []	Sim
3.3 []	NS/NR
4. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com a comunidade escolar (diretor, cozinheiros, alunos, professores, pais de alunos) do seu município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
4.1 []	Não (<i>passa para a pergunta 6</i>)
4.2 []	Sim
4.3 []	NS/NR (<i>passa para a pergunta 6</i>)
5. Com quem da comunidade escolar? (ENTREVISTADOR: Pode marcar mais de uma resposta)	
5.1 []	Diretor
5.2 []	Cozinheiros(as) / merendeiras
5.3 []	Alunos
5.4 []	Professores
5.5 []	Pais dos alunos
5.6 []	Outro(s) _____
5.7 []	NS/NR
6. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os gestores municipais do seu município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
6.1 []	Não (<i>passa para a pergunta 8</i>)
6.2 []	Sim
6.3 []	NS/NR (<i>passa para a pergunta 8</i>)
7. Com gestores de que área? (ENTREVISTADOR: Pode marcar mais de uma resposta)	
7.1 []	Secretaria da Educação
7.2 []	Departamento de Alimentação/Merenda Escolar
7.3 []	Departamento de Compras
7.4 []	Secretaria de Agricultura
7.5 []	Prefeito
7.6 []	Outro(s) _____
7.7 []	NS/NR
8. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
8.1 []	Não
8.2 []	Sim
8.3 []	NS/NR
9. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os agricultores familiares do município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	

9.1 []	Não
9.2 []	Sim
9.3 []	NS/NR
APOIO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	
10. O município comprou alimentos diretamente da agricultura familiar para o PNAE, em 2012?	
10.1 []	Não (ENTREVISTADOR: SE RESPONDER "não" está no questionário errado)
10.2 []	Sim
10.3 []	NS/NR (ENTREVISTADOR: SE RESPONDER "NS/NR" procurar alguém que saiba ou possa responder)
11. Em que ano começou a comprar?	
11.1 []	Antes de 2009 (passar para a pergunta 13)
11.2 []	2009 (passar para a pergunta 13)
11.3 []	2010
11.4 []	2011
11.5 []	2012
11.6 []	NS/NR (passar para a pergunta 13)
12. Qual o motivo de o município não ter implementado as compras da agricultura familiar para o PNAE antes? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta.)	
12.1 []	O município não fez chamada pública antes.
12.2 []	Não tem agricultores familiares neste município
12.3 []	Os agricultores familiares deste município não estavam organizados
12.4 []	Os agricultores familiares deste município não produzem os alimentos utilizados na alimentação escolar
12.5 []	Não apareceram agricultores familiares na chamada pública
12.6 []	Os projetos apresentados estavam mal feitos
12.7 []	Outro(s) _____
12.8 []	NR/NR
13. Qual a porcentagem de recursos do FNDE utilizado na compra dos produtos diretamente da agricultura familiar em 2012, segundo a prestação de compras?	
13.1 []	_____%
13.2 []	NS/NR (passar para a pergunta 15)
ENTREVISTADOR: SE RESPONDEU um valor maior ou igual a 30%, PULAR para a 15	
14. Qual o motivo de o município não ter utilizado os 30% dos recursos financeiros do Governo Federal estipulados na Lei 11.947?	
14.1 []	
14.2 []	NR/NR
15. Antes de comprar diretamente dos agricultores familiares para o PNAE, as escolas recebiam produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
15.1 []	Não
15.2 []	Sim
15.3 []	NS/NR
16. Na sua opinião, o secretário da educação do seu município está comprometido com o processo de implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE?	
16.1 []	Não
16.2 []	Sim
16.3 []	NS/NR
17. No seu município, existem projetos e/ou ações da Prefeitura, dirigidos às escolas, para apoiar o processo de implementação das compras da agricultura familiar pelo PNAE?	
17.1 []	Não (passe para a pergunta 19)
17.2 []	Sim
17.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 19)
18. Quais são esses projetos e/ou ações?	
18.1 []	
18.2 []	NR/NR
19. No seu município, a Prefeitura apoia projetos de melhoria da infraestrutura das escolas e cozinhas para armazenamento, conservação, preparo e manipulação dos produtos da agricultura familiar?	

19.1 []	Não
19.2 []	Sim
19.3 []	NS/NR
20. No seu município, existem projetos e/ou ações da Prefeitura, dirigidos aos agricultores familiares, para apoiar o processo de implementação das compras da agricultura familiar pelo PNAE?	
20.1 []	Não <i>(passe para a pergunta 22)</i>
20.2 []	Sim
20.3 []	NS/NR <i>(passe para a pergunta 22)</i>
21. Quais são esses projetos e/ou ações?	
21.1 []	
21.2 []	NR/NR
22. A Prefeitura apoia/ajuda o processo de logística de entrega dos produtos da agricultura familiar?	
22.1 []	Não <i>(passe para a pergunta 24)</i>
22.2 []	Sim
22.3 []	NS/NR <i>(passe para a pergunta 24)</i>
23. Como se dá este apoio/ajuda?	
23.1 []	
23.2 []	NR/NR
PLANEJAMENTO DO CARDÁPIO	
24. Para identificar os alimentos produzidos pelos agricultores familiares na sua região, o (a) senhor(a) teve apoio de alguma instituição ou órgão?	
24.1 []	Não <i>(passe para a pergunta 26)</i>
24.2 []	Sim
24.3 []	NS/NR <i>(passe para a pergunta 26)</i>
25. De qual instituição/ órgão o (a) senhor(a) teve apoio? (ENTREVISTADOR: pode assinalar mais de uma resposta)	
25.1 []	Secretaria Municipal de Agricultura
25.2 []	CATI
25.3 []	Conselho de Alimentação Escolar (CAE)
25.4 []	Outro(s) _____
25.5 []	NS/NR
26. Para conhecer os produtos que são produzidos pelos agricultores familiares na sua região o (a) senhor(a) fez algum levantamento junto aos produtores ou cooperativas?	
26.1 []	Não
26.2 []	Sim <i>(passe para a pergunta 28)</i>
26.3 []	NS/NR <i>(passe para a pergunta 29)</i>
27. Por que não? (ENTREVISTADOR, depois de completar a resposta, passe para a pergunta 29).	
27.1 []	
27.2 []	NR/NR
28. Na sua opinião, o contato com estas organizações ou cooperativas foi importante para o processo de planejamento do cardápio?	
28.1 []	Não
28.2 []	Sim
28.3 []	NS/NR
CARACTERIZAÇÃO DA COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR	
29. Qual é a modalidade de compra dos alimentos dos agricultores familiares para o PNAE no seu município? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta).	
29.1 []	Licitação
29.2 []	Chamada pública
29.3 []	NS/NR
30. Quais produtos foram comprados dos agricultores familiares no ano de 2012?	
30.1 []	_____

30.2 []	NS/NR

31. O (a) senhor (a) saberia dizer de onde são os agricultores familiares que forneceram para o PNAE do seu município, em 2012? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).	
31.1 []	Agricultores familiares do mesmo município (passar para a pergunta 33)
31.2 []	Agricultores familiares de outros municípios do mesmo estado
31.3 []	Agricultores familiares de outros estados
31.4 []	NS/NR
32. O (a) senhor (a) saberia dizer por que os agricultores familiares deste município não forneceram?	
32.1 []	Não tem agricultores familiares neste município
32.2 []	Os agricultores familiares deste município não estavam organizados
32.3 []	Os agricultores familiares deste município não produzem os alimentos utilizados na alimentação escolar
32.4 []	Somente agricultores familiares de outros municípios responderam à chamada pública
32.5 []	Os preços dos agricultores familiares de outros municípios estavam melhores
32.6 []	Outro(s) _____
32.7 []	NS/NR
33. Todas as unidades educativas deste município receberam os produtos comprados da agricultura familiar?	
33.1 []	Não
33.2 []	Sim (passe para a pergunta 35)
33.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 35)
34. Por que não?	
34.1 []	
34.2 []	NR/NR
35. Como está organizada a distribuição dos alimentos da agricultura familiar para as escolas? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
35.1 []	Os agricultores familiares distribuem a cada escola
35.2 []	Os agricultores familiares levam a um centro de distribuição e Prefeitura distribui às escolas
35.3 []	Prefeitura recolhe os alimentos dos agricultores familiares no local de produção e os distribui às escolas
35.4 []	Outro(s) _____
35.5 []	NS/NR
QUALIDADE DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (referente ao ano de 2012)	
36. Os agricultores familiares entregaram todos os produtos que foram acordados no contrato? (ENTREVISTADOR , se o entrevistado responder "na maioria das vezes" ou "quase sempre", marcar a opção de resposta "SIM").	
36.1 []	Não
36.2 []	Sim (passe para a pergunta 38)
36.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 38)
37. O (a) senhor(a) saberia dizer qual o motivo de não entregarem todos os produtos que foram acordados no contrato?	
37.1 []	O preço acordado é muito baixo e agricultores vendem estes produtos no mercado por preço maior e substituem o produto
37.2 []	Problemas climáticos que afetam a produção
37.3 []	Não planejam a produção destes produtos
37.4 []	Dificuldade com o transporte
37.5 []	Outro(s) _____
37.6 []	NS/NR
38. Os agricultores familiares cumpriram, na maioria das vezes, com o cronograma de entrega estipulado?	
38.1 []	Não
38.2 []	Sim (passe para a pergunta 40)
38.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 40)
39. O (a) senhor(a) saberia dizer qual o motivo de não cumprirem com o cronograma?	
39.1 []	Problemas climáticos que afetam a produção
39.2 []	Falta de produtos
39.3 []	Falta de planejamento
39.4 []	Dificuldade com o transporte
39.5 []	Outro(s) _____
39.6 []	NS/NR
40. Os agricultores familiares entregaram, na maioria das vezes, os produtos, nas quantidades estipuladas? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta)	

40.1 []	Não
40.2 []	Sim (passe para a pergunta 42)
40.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 42)
41. O (a) senhor(a) saberia dizer qual o motivo de não entregarem, na maioria das vezes, as quantidades estipuladas?	
41.1 []	Problemas climáticos que afetam a produção
41.2 []	Não planejam a produção para entregar conforme o cronograma
41.3 []	Dificuldade com o transporte
41.4 []	Outro(s) _____
41.5 []	NS/NR
42. Os agricultores familiares entregaram os alimentos, na maioria das vezes, de acordo com a qualidade requerida para consumo? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
42.1 []	Não
42.2 []	Sim
42.3 []	NS/NR
43. Quando existentes, quais foram os problemas de qualidade mais frequentes relacionados aos produtos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR , pode marcar mais de uma opção de resposta).	
43.1 []	Produtos amassados
43.2 []	Produtos estragados
43.3 []	Produtos com prazo de validade vencido
43.4 []	Produtos não apresentam problemas de qualidade (passe para a pergunta 45)
43.5 []	Outro(s) _____
43.6 []	NS/NR
44. Considerando o cronograma de entrega, a quantidade e a qualidade, quais produtos dos agricultores familiares apresentaram mais problemas?	
44.1 []	_____
44.2 []	_____
	NS/NR
45. Quem realiza o controle de qualidade dos produtos da agricultura familiar entregues nas escolas?	
45.1 []	Cozinheiros(as)/merendeiras
45.2 []	Diretor
45.3 []	Nutricionista
45.4 []	Técnica de Nutrição
45.5 []	Ninguém
45.6 []	Outro(s) _____
45.7 []	NS/NR
46. Houve necessidade de fazer trocas ou ajustes no cardápio devido à falta de qualidade, quantidade ou atrasos nas entregas dos produtos da agricultura familiar, em 2012?	
46.1 []	Não (passe para a pergunta 48)
46.2 []	Sim
46.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 48)
47. Com que frequência?	
47.1 []	Todo dia
47.2 []	Toda semana
47.3 []	A cada 15 dias
47.4 []	Todo mês
47.5 []	Outro(s) _____
47.6 []	NS/NR
48. Caso um alimento produzido pelos agricultores familiares precisasse ser substituído, eles realizaram a troca a tempo?	
48.1 []	Não
48.2 []	Sim (passe para a pergunta 50)
48.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 50)
49. Como foi solucionado este problema nas escolas?	
49.1 []	
49.2 []	NR/NR

50. Na sua opinião, como o(a) sr(sra) avalia a qualidade dos produtos da agricultura familiar que são entregues às escolas? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta).			
50.1 []	Ótima		
50.2 []	Boa		
50.3 []	Regular		
50.4 []	Ruim		
50.5 []	Péssima		
50.6 []	NS/NR		
CONDIÇÕES DA ESCOLA PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR			
51. As escolas apresentam condições adequadas de infraestrutura (espaço físico) para recebimento, armazenamento, conservação e preparo dos alimentos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta).			
51.1 []	Todas as escolas apresentam condições adequadas		
51.2 []	Algumas escolas apresentam condições adequadas		
51.3 []	Nenhuma escola apresenta condições adequadas		
51.4 []	NS/NR		
52. As escolas têm cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente para manipulação e preparo dos alimentos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta).			
52.1 []	Há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente em todas as escolas (ENTREVISTADOR, marcar esta opção se a resposta for "em quase todas").		
52.2 []	Há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente somente em algumas escolas		
52.3 []	Não há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente em nenhuma escola. (ENTREVISTADOR, marcar esta opção se a resposta for "em quase nenhuma").		
52.4 []	NS/NR		
53. Os (as) cozinheiros(as) / merendeiras sabem manipular (receber, higienizar, lavar, processar) estes alimentos? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta).			
53.1 []	Todos(as) os(as) cozinheiros(as)/merendeiras sabem (passar para a pergunta 55)		
53.2 []	Somente alguns(mas) cozinheiros(as)/merendeiras sabem		
53.3 []	Nenhum(a) cozinheiros(as)/merendeiras sabe		
53.4 []	NS/NR (passar para a pergunta 55)		
54. Quando existentes, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos cozinheiros(as)/merendeiras para a manipulação e preparo dos alimentos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).			
54.1 []	Falta de equipamentos e utensílios		
54.2 []	Falta de tempo para executar as tarefas		
54.3 []	Falta de saneamento básico (abastecimento de água, energia elétrica...).		
54.4 []	Outra(s) _____		
54.5 []	NS/NR		
EFEITOS DA LEI 11.947 PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			
55. Quantas porções de frutas e hortaliças por semana são servidas nas refeições?			
Modalidade de ensino	Frutas	Modalidade de ensino	Hortaliças
55.1 Creche	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.2 Creche	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.3 Pré-escola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.4 Pré-escola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	

55.5 Ensino Fundamental	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.6 Ensino Fundamental	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.7 Ensino Médio	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.8 Ensino Médio	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.9 Ensino Integral	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.10 Ensino Integral	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.11 Educação de jovens e adultos (EJA)	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.12 Educação de jovens e adultos (EJA)	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.13 Quilombola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.14 Quilombola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
55.15 Indígena	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	55.16 Indígena	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
56. Depois da implementação da Lei 11.947, de maneira geral, a frequência e a quantidade dos seguintes alimentos no(s) cardápio(s) aumentou, diminuiu ou permaneceu igual? (ENTREVISTADOR , leia cada uma das categorias abaixo, fornecendo as opções de resposta).			
Alimentos	Frequência	Alimentos	Quantidade
56.1 Frutas	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.2 Frutas	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
56.3 Legumes	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.4 Legumes	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
56.5 Verduras	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.6 Verduras	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
56.7 Alimentos e/ou preparações regionais	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.8 Alimentos e/ou preparações regionais	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
[] NA		[] NA	

56.9 Alimentos da safra [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.10 Alimentos da safra [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
56.11 Alimentos orgânicos agroecológicos e/ou [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.12 Alimentos orgânicos agroecológicos e/ou [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
56.13 Alimentos Processados [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	56.14 Alimentos Processados [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
57. Depois da implementação da Lei 11.947, houve alguma outra mudança no(s) cardápio(s)?			
57.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 60</i>)		
57.2 []	Sim		
57.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 60</i>)		
58. Qual mudança?			
58.1 []			
58.2 []	NR/NR		
59. Na sua opinião, depois que a escola começou a receber os produtos da agricultura familiar, a adesão das refeições por parte dos escolares manteve-se igual, melhorou ou piorou?			
59.1 []	Manteve-se igual		
59.2 []	Melhorou		
59.3 []	Piorou		
59.4 []	NS/NR		
60. Na sua opinião, depois da implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE, a qualidade das refeições manteve-se igual, melhorou ou piorou?			
60.1 []	Manteve-se igual		
60.2 []	Melhorou		
60.3 []	Piorou		
60.4 []	NS/NR		
CONSIDERAÇÕES GERAIS			
61. Na sua opinião, quais os principais desafios para a implementação das compras da agricultura familiar pelo PNAE? (ENTREVISTADOR: Pode marcar mais de uma resposta)			
61.1 []	Falta de informação		
61.2 []	Falta de apoio do secretário de educação		
61.3 []	Falta de agricultores familiares no município		
61.4 []	Infraestrutura física da escola deficiente		
61.5 []	Falta de mão-de-obra para preparo e distribuição da alimentação escolar		
61.6 []	Insegurança de vender ao Estado por parte dos agricultores familiares		
61.7 []	Outro(s) _____		
61.8 []	NS/NR		
62. Na sua opinião, o que pode ser melhorado no processo de compras da agricultura familiar?			
62.1 []			
62.2 []	NR/NR		

Anexo 7: Questionário C: Nutricionista 2

ENTREVISTADO(A):	
FUNÇÃO OU CARGO QUE EXERCE:	
ANO EM QUE COMEÇOU A TRABALHAR COMO NUTRICIONISTA DO PNAE NO MUNICÍPIO:	
DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947	
10. O (a) senhor (a) conhece a Lei 11.947 de 2009 do PNAE que diz respeito, entre outras coisas, à utilização de 30% dos recursos financeiros do Governo Federal na compra de produtos diretamente da agricultura familiar?	
1.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 4</i>)
1.2 []	Sim
1.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 4</i>)
11. O (a) senhor (a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) para divulgação da Lei 11.947 do PNAE?	
2.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 4</i>)
2.2 []	Sim
2.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 4</i>)
12. O (a) senhor (a) achou que esse evento trouxe informações úteis para auxiliar no processo de implementação das compras dos produtos da agricultura familiar para o PNAE no seu município?	
3.1 []	Não
3.2 []	Sim
3.3 []	NS/NR
13. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com a comunidade escolar (diretor, cozinheiros, alunos, professores, pais de alunos) do seu município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
4.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 6</i>)
4.2 []	Sim
4.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 6</i>)
14. Com quem da comunidade escolar? (ENTREVISTADOR: Pode marcar mais de uma resposta)	
5.1 []	Diretor
5.2 []	Cozinheiros(as) / merendeiras
5.3 []	Alunos
5.4 []	Professores
5.5 []	Pais dos alunos
5.6 []	Outros _____
5.7 []	NS/NR
15. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os gestores municipais do seu município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
6.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 8</i>)
6.2 []	Sim
6.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 8</i>)
16. Com gestores de que área? (ENTREVISTADOR: Pode marcar mais de uma resposta)	
7.1 []	Secretaria da Educação
7.2 []	Departamento de Alimentação/Merenda Escolar
7.3 []	Departamento de Compras
7.4 []	Secretaria de Agricultura
7.5 []	Prefeito
7.6 []	Outros _____
7.7 []	NS/NR
17. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	
8.1 []	Não
8.2 []	Sim
8.3 []	NS/NR
18. O (a) senhor (a) realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar para o PNAE com os agricultores familiares do município desde que a Lei 11.947 foi implementada em 2009?	

9.1 []	Não
9.2 []	Sim
9.3 []	NS/NR
APOIO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	
11. O município publicou alguma chamada pública para fazer compras da agricultura familiar depois da implementação da Lei 11.947, em 2009?	
10.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 13</i>)
10.2 []	Sim
10.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 13</i>)
12. Onde foram publicadas as chamadas públicas? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).	
11.1 []	Jornal do município
11.2 []	Jornal de circulação estadual/federal
11.3 []	Site da prefeitura
11.4 []	Site da REDE BRASIL RURAL
11.5 []	Mural da prefeitura
11.6 []	Rádio
11.7 []	Diário Oficial
11.8 []	Outro(s) _____
11.9 []	NS/NR
13. Porque o município não comprou alimentos diretamente da agricultura familiar para o PNAE, em 2012? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta)	
12.1 []	O município não fez chamada pública antes.
12.2 []	Não apareceram agricultores familiares na chamada pública
12.3 []	Não tem agricultores familiares neste município
12.4 []	Os agricultores familiares deste município não estavam organizados
12.5 []	Os agricultores familiares deste município não produzem os alimentos utilizados na alimentação escolar
12.6 []	Os projetos apresentados pelos agricultores familiares estavam mal feitos
12.7 []	Outro(s) _____
12.8 []	NS/NR
61. As escolas do município recebiam/recebem produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
13.1 []	Não
13.2 []	Sim
13.3 []	NS/NR
62. Na sua opinião, o secretário da educação de seu município está comprometido com o processo de implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE?	
14.1 []	Não
14.2 []	Sim
14.3 []	NS/NR
63. No seu município, existem projetos e/ou ações da Prefeitura, dirigidos aos agricultores familiares, para apoiar o processo de implementação das compras da agricultura familiar pelo PNAE?	
15.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 17</i>)
15.2 []	Sim
15.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 17</i>)
64. Quais são esses projetos e/ou ações?	
16.1 []	
16.2 []	NR/NR
65. Para conhecer os produtos que são produzidos pelos agricultores familiares na sua região o(a) senhor(a) fez algum levantamento junto aos produtores ou cooperativas?	
17.1 []	Não
17.2 []	Sim (<i>passar para a pergunta 19</i>)
17.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 19</i>)
66. Por que não? (ENTREVISTADOR : depois de obter a resposta passar para a pergunta 20)	

18.1 []	
18.2 []	NR/NR
67. Na sua opinião, o contato com estas organizações ou cooperativas de agricultores familiares foi importante para o processo de planejamento do cardápio?	
19.1 []	Não
19.2 []	Sim
19.3 []	NS/NR

CONDIÇÕES DA ESCOLA PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

68. As escolas apresentam condições adequadas de infraestrutura (espaço físico) para recebimento, armazenamento, conservação e preparo dos alimentos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
20.1 []	Todas as escolas apresentam condições adequadas
20.2 []	Algumas escolas apresentam condições adequadas
20.3 []	Nenhuma escola apresenta condições adequadas
20.4 []	NS/NR
69. As escolas têm cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente para manipulação e preparo dos alimentos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
21.1 []	Há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente em todas as escolas (ENTREVISTADOR , marcar esta opção se a resposta for “em quase todas”).
21.2 []	Há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente somente em algumas escolas
21.3 []	Não há cozinheiros(as) / merendeiras em número suficiente em nenhuma escola (ENTREVISTADOR , marcar esta opção se a resposta for “em quase nenhuma”).
21.4 []	NS/NR
70. Os (as) cozinheiros(as) / merendeiras sabem manipular (receber, higienizar, lavar, processar) estes alimentos? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
22.1 []	Todos(as) os(as) cozinheiros(as)/merendeiras sabem
22.2 []	Somente alguns(mas) cozinheiros(as)/merendeiras sabem
22.3 []	Nenhum(a) cozinheiro(a)/merendeira sabe
22.4 []	NS/NR

EFEITOS DA LEI 11.947 NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

71. Quantas porções de frutas e hortaliças por semana são servidas nas refeições?			
Modalidade de ensino	Frutas	Modalidade de ensino	Hortaliças
23.1 Creche	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.2 Creche	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
23.3 Pré-escola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.4 Pré-escola	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	
23.5 Ensino Fundamental	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.6 Ensino Fundamental	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
[] NA		[] NA	

23.7 Ensino Médio [] NA	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.8 Ensino Médio [] NA	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
23.9 Ensino Integral [] NA	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.10 Ensino Integral [] NA	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
23.11 Educação de jovens e adultos (EJA) [] NA	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.12 Educação de jovens e adultos (EJA) [] NA	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
23.13 Quilombola [] NA	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.14 Quilombola [] NA	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
23.15 Indígena [] NA	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR	23.16 Indígena [] NA	a.[] Nenhuma b.[] Uma c.[] Duas d.[] Três e.[] Mais de três f.[] NS/NR
72. Depois da implementação da Lei 11.947, de maneira geral, a frequência e a quantidade dos seguintes alimentos no(s) cardápio(s) aumentou, diminuiu ou permaneceu igual? (ENTREVISTADOR , leia cada uma das categorias abaixo, fornecendo as opções de resposta).			
Alimentos	Frequência	Alimentos	Quantidade
24.1 Frutas [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.2 Frutas [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.3 Legumes [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.4 Legumes [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.5 Verduras [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.6 Verduras [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.7 Alimentos e/ou preparações regionais [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.8 Alimentos e/ou preparações regionais [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.9 Alimentos da safra [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.10 Alimentos da safra [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR

24.11 Alimentos orgânicos agroecológicos [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.12 Alimentos orgânicos agroecológicos [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
24.13 Alimentos Processados [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR	24.14 Alimentos Processados [] NA	a.[] Aumentou b.[] Permaneceu Igual c.[] Diminuiu d.[] NS/NR
25. Depois da implementação da Lei 11.947, houve alguma outra mudança no(s) cardápio(s)?			
25.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 27</i>)		
25.2 []	Sim		
25.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 27</i>)		
63. Qual mudança?			
26.1 []			
26.2 []	NR/NR		
CONSIDERAÇÕES GERAIS			
64. Na sua opinião, quais os principais desafios para a implementação das compras da agricultura familiar pelo PNAE no seu município? (ENTREVISTADOR: <i>Pode marcar mais de uma resposta</i>)			
27.1 []	Falta de informação		
27.2 []	Falta de apoio do secretário de educação		
27.3 []	Falta de agricultores familiares no município		
27.4 []	Infraestrutura física da escola deficiente		
27.5 []	Falta de mão-de-obra para preparo e distribuição da alimentação escolar		
27.6 []	Outro(s) _____		
27.7 []	NS/NR		
65. Na sua opinião, o que pode ser melhorado no processo de compras da agricultura familiar?			
28.1 []			
28.2 []	NR/NR		

Anexo 8: Questionário D: Departamento de compras

ENTREVISTADO(A):	
FUNÇÃO OU CARGO QUE EXERCE:	
DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947	
1. O (a) senhor (a) conhece a Lei 11.947 de 2009 do PNAE que diz respeito à utilização de 30% dos recursos do Governo Federal na compra de produtos da agricultura familiar?	
1.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 4</i>)
1.2 []	Sim
1.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 4</i>)
2. O (a) senhor (a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) para divulgação da Lei 11.947 do PNAE?	
2.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 4</i>)
2.2 []	Sim
2.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 4</i>)
3. O (a) senhor (a) achou que esse(s) evento(s) trouxe (ram) informações úteis a respeito das compras dos produtos da agricultura familiar?	
3.1 []	Não
3.2 []	Sim
3.3 []	NS/NR
4. Na sua opinião, a vinculação da alimentação escolar com a agricultura familiar é importante?	
4.1 []	Não
4.2 []	Sim
4.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 6</i>)
5. Por quê?	
5.1 []	NS/NR
5.2 []	
PROCESSO DE COMPRAS	
6. O município comprou alimentos diretamente da agricultura familiar para o PNAE, em 2012?	
6.1 []	Não
6.2 []	Sim
6.3 []	NS/NR
7. Qual a modalidade de compra dos alimentos dos agricultores familiares para o PNAE no seu município? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
7.1 []	Licitação
7.2 []	Chamada pública
7.3 []	Outro(s) _____
7.4 []	NS/NR
8. Em que ano começou a comprar?	
8.1 []	Antes de 2009 (<i>passar para a pergunta 10</i>)
8.2 []	2009 (<i>passar para a pergunta 10</i>)
8.3 []	2010
8.4 []	2011
8.5 []	2012
8.6 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 10</i>)
9. Qual o motivo de o município não ter implementado as compras da agricultura familiar para o PNAE antes? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).	
9.1 []	O município não fez chamada pública antes.
9.2 []	Não tem agricultores familiares neste município
9.3 []	Os agricultores familiares deste município não estavam organizados
9.4 []	Os agricultores familiares deste município não produzem os alimentos utilizados na alimentação escolar
9.5 []	Não apareceram agricultores familiares na chamada pública
9.6 []	Os projetos de venda apresentados estavam mal feitos
9.7 []	Outro(s) _____
9.8 []	NS/NR

10. Qual o valor, em reais, dos recursos do FNDE utilizado na compra dos produtos diretamente da agricultura familiar em 2012?	
10.1 []	_____ reais
10.2 []	NS/NR
11. Como foram estipulados os preços de compra dos alimentos da agricultura familiar?	
11.1 []	
11.2 []	NS/NR
12. Onde foram publicadas as chamadas públicas do ano 2012? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).	
12.1 []	Jornal do município
12.2 []	Jornal de circulação estadual/federal
12.3 []	Site da prefeitura
12.4 []	Site da REDE BRASIL RURAL
12.5 []	Mural da prefeitura
12.6 []	Rádio
12.7 []	Diário Oficial
12.8 []	Outro(s) _____
12.9 []	NS/NR
13. Quantos projetos de venda dos agricultores familiares foram apresentados no ano de 2012?	
13.1 []	
13.2 []	NS/NR
14. Deste total, quantos projetos de venda foram aceitos e executados?	
14.1 []	
14.2 []	NS/NR
ENTREVISTADOR , se a resposta das perguntas 13 e 14 for igual passar para a pergunta 16.	
15. Por que o número de projetos executados foi menor do que o número de projetos de venda apresentados?	
15.1 []	
15.2 []	NR/NR
16. Os agricultores familiares que forneceram produtos para o PNAE, em 2012, fazem parte de que grupo? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta).	
16.1 []	Grupo Formal (DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf jurídica)
16.2 []	Grupo Informal (DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf física)
16.3 []	NS/NR
17. Na sua opinião, qual a principal dificuldade para que os agricultores familiares possam fornecer para o PNAE?	
17.1 []	Dificuldade em obter a documentação necessária
17.2 []	Falta de informação
17.3 []	Outro(s) _____
17.4 []	NS/NR
18. Na sua opinião, o que pode ser melhorado para facilitar o processo de compras da agricultura familiar para o PNAE?	
18.1 []	
18.2 []	NR/NR

Anexo 9: Questionário D2: Departamento de compras 2

ENTREVISTADO(A):	
FUNÇÃO OU CARGO QUE EXERCE:	
DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947	
1. O (a) senhor (a) conhece a Lei 11.947 de 2009 do PNAE que diz respeito à utilização de 30% dos recursos do Governo Federal na compra de produtos da agricultura familiar?	
1.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 4</i>)
1.2 []	Sim
1.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 4</i>)
2. O (a) senhor (a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) para divulgação da Lei 11.947 do PNAE?	
2.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 4</i>)
2.2 []	Sim
2.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 4</i>)
3. O (a) senhor (a) achou que esse(s) evento(s) trouxe (ram) informações úteis a respeito das compras dos produtos da agricultura familiar?	
3.1 []	Não
3.2 []	Sim
3.3 []	NS/NR
4. Na sua opinião, a vinculação da alimentação escolar com a agricultura familiar é importante?	
4.1 []	Não
4.2 []	Sim
4.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 6</i>)
5. Por quê?	
5.1 []	
5.2 []	NS/NR
PROCESSO DE COMPRAS	
6. O município comprou alimentos diretamente da agricultura familiar para o PNAE, em 2012?	
6.1 []	Não
6.2 []	Sim (ENTREVISTADOR: SE RESPONDER "sim" está no questionário errado)
6.3 []	NS/NR (ENTREVISTADOR: SE RESPONDER "NS/NR" procurar alguém que saiba ou possa responder)
7. Foram publicadas chamadas públicas em 2012?	
7.1 []	Não
7.2 []	Sim (<i>passar para a pergunta 09</i>)
7.3 []	NS/NR (ENTREVISTADOR: SE RESPONDER "NS/NR" procurar alguém que saiba ou possa responder)
8. Por que não? (ENTREVISTADOR: obter a resposta e passar para a pergunta 11)	
8.1 []	Mudança de gestão na prefeitura
8.2 []	Falta de conhecimento da Lei 11.947/2009
8.3 []	Falta de conhecimento do processo de compras
8.4 []	Burocracia
8.5 []	Outro(s) _____
9. Como foram estipulados os preços de compra dos alimentos da agricultura familiar para o desenvolvimento do edital?	
9.1 []	
9.2 []	NS/NR
10. Onde foram publicadas as chamadas públicas do ano 2012? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta.)	

10.1 []	Jornal do município
10.2 []	Jornal de circulação estadual/federal
10.3 []	Site da prefeitura
10.4 []	Site da REDE BRASIL RURAL
10.5 []	Mural da prefeitura
10.6 []	Rádio
10.7 []	Diário Oficial
10.8 []	Outro(s) _____
10.9 []	NS/NR
11. Qual o motivo de o município não ter implementado as compras da agricultura familiar para o PNAE? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).	
11.1 []	O município não fez chamadas públicas antes
11.2 []	Não tem agricultores familiares neste município
11.3 []	Os agricultores familiares deste município não estavam organizados
11.4 []	Os agricultores familiares deste município não produzem os alimentos utilizados na alimentação escolar
11.5 []	Não apareceram agricultores familiares na chamada pública
11.6 []	Os projetos de venda apresentados estavam mal feitos
11.7 []	Outro(s) _____
11.8 []	NS/NR
12. Na sua opinião, qual a principal dificuldade para que os agricultores familiares possam fornecer para o PNAE?	
12.1 []	Dificuldade em obter a documentação necessária
12.2 []	Falta de informação
12.3 []	Outro(s) _____
12.4 []	NS/NR
13. Na sua opinião, o que pode ser melhorado para facilitar o processo de compras da agricultura familiar para o PNAE?	
13.1 []	
13.2 []	NR/NR

Anexo 10: Questionário E: Escola 1

ENTREVISTA COM GESTOR	
ENTREVISTADO(A):	
FUNÇÃO OU CARGO QUE EXERCE:	

1. Tipo de instituição (pode marcar mais de 1 opção)		2. Número de alunos		3. Tipo de vinculação	
1.1 []	Creche	2.1 []		3.1 []	Estadual
1.2 []	Pré-escola	2.2 []		3.2 []	Municipal
1.3 []	Ensino fundamental	2.3 []		3.3 []	Outro: _____
1.4 []	Ensino médio	2.4 []			
1.5 []	EJA	2.5 []			

4. TURNO		5. TIPO DE REFEIÇÃO SERVIDA		6. NÚMERO DE MERENDEIRAS POR TURNO	
4.1 []	Manhã	5.1 []	Café da manhã	6.1 []	
		5.2 []	Lanche da manhã	6.2 []	NS/NR
		5.3 []	Almoço		
		5.4 []	Jantar		
		5.5 []	Lanche da noite		
		5.6 []	NS/NR		
4.2 []	Tarde	5.7 []	Café da manhã	6.3 []	
		5.8 []	Lanche da manhã	6.4 []	NS/NR
		5.9 []	Almoço		
		5.10 []	Jantar		
		5.11 []	Lanche da noite		
		5.12 []	NS/NR		
4.3 []	Noite	5.13 []	Café da manhã	6.5 []	
		5.14 []	Lanche da manhã	6.6 []	NS/NR
		5.15 []	Almoço		
		5.16 []	Jantar		
		5.17 []	Lanche da noite		
		5.18 []	NS/NR		
4.4 []	Integral	5.19 []	Café da manhã	6.7 []	
		5.20 []	Lanche da manhã	6.8 []	NS/NR
		5.21 []	Almoço		
		5.22 []	Jantar		
		5.23 []	Lanche da noite		
		5.24 []	NS/NR		

DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947

7. O (a) senhor (a) conhece a Lei 11.947 de 2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que diz respeito, entre outras coisas, à utilização de 30% dos recursos do Governo Federal na compra de produtos diretamente da agricultura familiar (AF)?	
7.1 []	Não (passe para a pergunta 9)
7.2 []	Sim
7.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 9)
8. O (a) senhor (a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) de divulgação da Lei 11.947 do PNAE?	
8.1 []	Não
8.2 []	Sim
8.3 []	NS/NR
9. Na sua opinião, a vinculação da alimentação escolar com a agricultura familiar é importante?	
9.1 []	Não
9.2 []	Sim
9.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 11)
10. Por quê?	

10.1 []	
10.2 []	NS/NR
11. O (a) nutricionista do PNAE do município realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar com a comunidade escolar após a Lei 11.947?	
11.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 13</i>)
11.2 []	Sim
11.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 13</i>)
12. Com quem da comunidade escolar? (ENTREVISTADOR: <i>Pode marcar mais de uma resposta</i>)	
12.1 []	Diretor
12.2 []	Cozinheiros(as)/merendeiras
12.3 []	Alunos
12.4 []	Professores
12.5 []	Pais dos alunos
12.6 []	Outro(s) _____
12.7 []	NS/NR
APOIO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	
13. Esta escola recebeu alimentos que são comprados diretamente dos agricultores familiares para o PNAE em 2012?	
13.1 []	Não (ENTREVISTADOR: <i>SE RESPONDEU "não" está no questionário errado</i>)
13.2 []	Sim
13.3 []	NS/NR (ENTREVISTADOR: <i>SE RESPONDEU "NS/NR" procurar alguém que saiba ou possa responder</i>)
14. Houve a necessidade da prefeitura realizar melhorias na escola e/ou cozinha para a implementação das compras da AF para o PNAE?	
14.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 16</i>)
14.2 []	Sim
14.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 16</i>)
15. Quais melhorias foram realizadas?	
15.1 []	Melhorias na área de recebimento
15.2 []	Melhorias na área de armazenamento
15.3 []	Melhorias na área de preparo e manipulação
15.4 []	Aquisição de equipamentos (geladeira, freezer...)
15.5 []	Aquisição de utensílios
15.6 []	Outro(s) _____
15.7 []	NS/NR
16. O (a) senhor (a) recebeu alguma orientação a respeito de como manejar os alimentos da agricultura familiar (recebimento, armazenamento, produção e distribuição)?	
16.1 []	Não (ENTREVISTADOR: <i>encerrar a entrevista</i>)
16.2 []	Sim
16.3 []	NS/NR (ENTREVISTADOR: <i>encerrar a entrevista</i>)
17. Quem realizou esta orientação?	
17.1 []	Nutricionista do município
17.2 []	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
17.3 []	Ação Fome Zero
17.4 []	Outro(s) _____
17.5 []	NS/NR

ENTREVISTA COM COZINHEIRO(A) OU MERENDEIRA

Entrevistador: realizar a entrevista com o cozinheiro(a)/merendeira que trabalha há mais tempo no local.

ENTREVISTADO(A):
FUNÇÃO OU CARGO QUE EXERCE:
DESDE QUANDO TRABALHA COMO COZINHEIRO(A)/MERENDEIRA DO PNAE?
18. O (a) senhor (a) sabe que uma parte dos alimentos que são servidos para os alunos devem ser comprados diretamente dos agricultores familiares?

18.1 []	Não
18.2 []	Sim
18.3 []	NS/NR
19. Na sua opinião, comprar alimentos diretamente dos agricultores familiares para a alimentação escolar é importante?	
19.1 []	Não
19.2 []	Sim
19.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 21</i>)
20. Por quê?	
20.1 []	
20.2 []	NS/NR
21. O (a) senhor (a) recebeu algum treinamento para preparar esses alimentos da agricultura familiar?	
21.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 25</i>)
21.2 []	Sim
21.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 25</i>)
22. Quem realizou este treinamento?	
22.1 []	Nutricionista do município
22.2 []	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
22.3 []	Ação Fome Zero
22.4 []	Outro(s) _____
22.5 []	NS/NR
23. O(a) senhor(a) achou que este treinamento o(a) ajudou para poder preparar os alimentos da agricultura familiar?	
23.1 []	Não
23.2 []	Sim
23.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 25</i>)
24. Por quê?	
24.1 []	
24.2 []	NS/NR
CARACTERIZAÇÃO DA COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR	
25. Quais produtos da agricultura familiar a escola recebeu em 2012?	
25.1 []	_____

25.2 []	NS/NR
26. Quem verifica a qualidade destes produtos na escola?	
26.1 []	Cozinheiros(as)/merendeiras
26.2 []	Diretor
26.3 []	Nutricionista
26.4 []	Técnica de Nutrição
26.5 []	Ninguém
26.6 []	Outro(s) _____
26.7 []	NS/NR
27. Os produtos da agricultura familiar foram entregues na escola, em 2012, na maioria das vezes, na data que deveriam chegar?	
27.1 []	Não
27.2 []	Sim
27.3 []	NS/NR
28. Os produtos da agricultura familiar foram entregues na escola, em 2012, na maioria das vezes, nas quantidades certas?	
28.1 []	Não
28.2 []	Sim
28.3 []	NS/NR
29. Os produtos da agricultura familiar foram entregues na escola, em 2012, na maioria das vezes, com qualidade adequada para serem consumidos?	

29.1 []	Não
29.2 []	Sim
29.3 []	NS/NR
30. Quando existiram, quais foram os problemas de qualidade mais comuns relacionados aos produtos da agricultura familiar? (ENTREVISTADOR: ler as opções e pode marcar mais de uma opção)	
30.1 []	Produtos amassados
30.2 []	Produtos estragados
30.3 []	Produtos com prazo de validade vencido
30.4 []	Outro(s) _____
30.5 []	NS/NR
31. Considerando a data de entrega, a quantidade e a qualidade, quais produtos dos agricultores familiares apresentaram mais problemas, em 2012?	
31.1 []	_____

31.2 []	NS/NR
32. O(a) senhor(a) precisou fazer trocas ou ajustes no cardápio por causa da falta de qualidade, quantidade ou atrasos nas entregas dos produtos da agricultura familiar, em 2012?	
32.1 []	Não (passe para a pergunta 36)
32.2 []	Sim
32.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 36)
33. Com que frequência?	
33.1 []	Todo dia
33.2 []	Toda semana
33.3 []	A cada 15 dias
33.4 []	Todo mês
33.5 []	Outro(s) _____
33.6 []	NS/NR
34. Caso um alimento dos agricultores familiares precisasse ser substituído, a troca foi feita a tempo?	
34.1 []	Não
34.2 []	Sim (passe para a pergunta 36)
34.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 36)
35. Quando eles não substituíam, como o problema era resolvido na escola?	
35.1 []	_____
35.2 []	NS/NR
36. Na sua opinião, como é a qualidade dos produtos da agricultura familiar que foram entregues à escola, em 2012? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta).	
36.1 []	Ótima
36.2 []	Boa
36.3 []	Regular
36.4 []	Ruim
36.5 []	Péssima
36.6 []	NS/NR
CONDIÇÕES DA ESCOLA PARA RECEBIMENTO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	
37. Na sua opinião, a escola apresenta um número suficiente de cozinheiros(as)/merendeiras para manipulação e preparo dos alimentos da agricultura familiar?	
37.1 []	Não
37.2 []	Sim
37.3 []	NS/NR
38. Os (as) cozinheiros(as)/merendeiras desta escola apresentam alguma dificuldade para preparar estes alimentos da agricultura familiar?	

38.1 []	Não (<i>passa para a pergunta 40</i>)
38.2 []	Sim
38.3 []	NS/NR (<i>passa para a pergunta 40</i>)
39. Quais dificuldades apresentam? (ENTREVISTADOR: ler as opções e pode marcar mais de uma opção)	
39.1 []	Gasta muito tempo no pré-preparo (limpeza, descascado, fragmento) dos alimentos
39.2 []	Os alimentos tem menor tempo de vida útil
39.3 []	Falta de espaço físico pela manipulação (recebimento, armazenamento, preparo) dos alimentos
39.4 []	Falta de equipamento pela manipulação (geladeira, liquidificador, descascador...) dos alimentos.
39.5 []	Outra(s) _____
39.6 []	NS/NR
EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE	
40. Na sua opinião, depois da implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE, a qualidade das refeições manteve-se igual, melhorou ou piorou?	
40.1 []	Manteve-se igual
40.2 []	Melhorou
40.3 []	Piorou
40.4 []	NS/NR
41. Na sua opinião, depois de a escola começar a receber os alimentos dos agricultores familiares, a aceitação das refeições por parte dos escolares manteve-se igual, melhorou ou piorou?	
41.1 []	Manteve-se igual
41.2 []	Melhorou
41.3 []	Piorou
41.4 []	NS/NR

Anexo 11: Questionário F: Escola 2

ENTREVISTA COM GESTOR				
ENTREVISTADO(A):				
FUNÇÃO OU CARGO QUE EXERCE:				
2. Tipo de instituição (pode marcar mais de 1 opção)		2. Número de alunos	3. Tipo de vinculação	
1.1 []	Creche	2.1 []	3.1 []	Estadual
1.2 []	Pré-escola	2.2 []	3.2 []	Municipal
1.3 []	Ensino fundamental	2.3 []	3.3 []	Outro: _____
1.4 []	Ensino médio	2.4 []		
1.5 []	EJA	2.5 []		
4. TURNO		5. TIPO DE REFEIÇÃO SERVIDA		6. NÚMERO DE MERENDEIRAS POR TURNO
4.1 []	Manhã	5.1 [] 5.2 [] 5.3 [] 5.4 [] 5.5 [] 5.6 []	Café da manhã Lanche da manhã Almoço Jantar Lanche da noite NS/NR	6.1 [] 6.2 [] NS/NR
4.2 []	Tarde	5.7 [] 5.8 [] 5.9 [] 5.10 [] 5.11 [] 5.12 []	Café da manhã Lanche da manhã Almoço Jantar Lanche da noite NS/NR	6.3 [] 6.4 [] NS/NR
4.3 []	Noite	5.13 [] 5.14 [] 5.15 [] 5.16 [] 5.17 [] 5.18 []	Café da manhã Lanche da manhã Almoço Jantar Lanche da noite NS/NR	6.5 [] 6.6 [] NS/NR
4.4 []	Integral	5.19 [] 5.20 [] 5.21 [] 5.22 [] 5.23 [] 5.24 []	Café da manhã Lanche da manhã Almoço Jantar Lanche da noite NS/NR	6.7 [] 6.8 [] NS/NR
DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947				
8. O (a) senhor (a) conhece a Lei 11.947 de 2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que diz respeito, entre outras coisas, à utilização de 30% dos recursos do Governo Federal na compra de produtos diretamente da agricultura familiar (AF)?				
7.1 []	Não (passe para a pergunta 9)			
7.2 []	Sim			
7.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 9)			
9. O (a) senhor (a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) de divulgação da Lei 11.947 do PNAE?				
8.1 []	Não			
8.2 []	Sim			
8.3 []	NS/NR			
10. Na sua opinião, a vinculação da alimentação escolar com a agricultura familiar é importante?				
9.1 []	Não			
9.2 []	Sim			
9.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 11)			
11. Por quê?				

10.1 []	
10.2 []	NS/NR
12.	O (a) nutricionista do PNAE do município realizou atividades de divulgação do processo de compras da agricultura familiar com a comunidade escolar após a Lei 11.947?
11.1 []	Não (<i>passar para a pergunta 13</i>)
11.2 []	Sim
11.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 13</i>)
13.	Com quem da comunidade escolar? (ENTREVISTADOR: Pode marcar mais de uma resposta)
12.1 []	Diretor
12.2 []	Cozinheiros(as)/merendeiras
12.3 []	Alunos
12.4 []	Professores
12.5 []	Pais dos alunos
12.6 []	Outro(s) _____
12.7 []	NS/NR

APOIO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

14.	Esta escola recebeu alimentos que são comprados diretamente dos agricultores familiares pelo PNAE em 2012?
13.1 []	Não
13.2 []	Sim
13.3 []	NS/NR
15.	Houve a necessidade da prefeitura realizar melhorias na escola e/ou cozinha para a implementação das compras da AF para o PNAE?
14.1 []	Não (ENTREVISTADOR: encerrar a entrevista)
14.2 []	Sim
14.3 []	NS/NR (ENTREVISTADOR: encerrar a entrevista)
16.	Quais melhorias foram realizadas?
16.1 []	Melhorias na área de recebimento
16.2 []	Melhorias na área de armazenamento
16.3 []	Melhorias na área de preparo e manipulação
16.4 []	Aquisição de equipamentos (geladeira, freezer...)
16.5 []	Aquisição de utensílios
16.6 []	Outro(s) _____
16.7 []	NS/NR

ENTREVISTA COM COZINHEIRO(A) OU MERENDEIRA

Entrevistador: realizar a entrevista com o cozinheiro(a)/merendeira que trabalha há mais tempo no local.

ENTREVISTADO(A):	
FUNÇÃO OU CARGO QUE EXERCE:	
DESDE QUANDO TRABALHA COMO COZINHEIRO(A)/MERENDEIRA DO PNAE?	
17.	O (a) senhor (a) sabe que uma parte dos alimentos que são servidos para os alunos devem ser comprados diretamente dos agricultores familiares?
16.1 []	Não
16.2 []	Sim
16.3 []	NS/NR
18.	Na sua opinião, comprar alimentos diretamente dos agricultores familiares para a alimentação escolar é importante?
17.1 []	Não
17.2 []	Sim
17.3 []	NS/NR (<i>passar para a pergunta 19</i>)
19.	Por quê?
18.1 []	
18.2 []	NS/NR
20.	O (a) senhor (a) recebeu algum treinamento para preparar esses alimentos da agricultura familiar?

19.1 []	Não (ENTREVISTADOR: encerrar a entrevista)
19.2 []	Sim
19.3 []	NS/NR (ENTREVISTADOR: encerrar a entrevista)
21. Quem realizou este treinamento?	
20.1 []	Nutricionista do município
20.2 []	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
20.3 []	Ação Fome Zero
20.4 []	Outro(s) _____
20.5 []	NS/NR
21. O(a) senhor (a) acha que este treinamento pode lhe ajudar caso a escola passe a receber os alimentos da agricultura familiar?	
21.1 []	Não
21.2 []	Sim
21.3 []	NS/NR
22. Por quê?	
22.1 []	
22.2 []	NS/NR